



**MPALABANDA - ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE CABINDA**

## **3º Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos em Cabinda**

# **Cabinda, o Reino da Impunidade 2004**

**Cabinda, 30 de Janeiro de 2005**

## P R E F Á C I O

# 3º Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos em Cabinda

## Cabinda, o Reino da Impunidade

2004

Sai a público mais um Relatório sobre a situação dos direitos humanos em Cabinda. Desta feita, o documento é fruto de um trabalho conjunto e de parceria entre a Associação Cívica de Cabinda- Mpalabanda e a Comissão Diocesana de Justiça, Paz e Migrações de Cabinda.

Ao lançarmos este trabalho, o nosso pensamento vai em primeiro lugar ao encontro das vítimas directas ou indirectas, vivos ou mortos. A eles dedicamos o presente Relatório em homenagem à sua memória, no caso dos mortos, e com a esperança de vermos funcionar a justiça em reparação dos abusos e violações e de todo o tratamento degradante, em relação aos sobreviventes.

Dois Relatórios precederam a publicação deste: **Terror em Cabinda (2002)** e **Cabinda, um ano de dor (2003)**. Talvez alguns poderiam interrogar se vale a pena continuar a publicar relatórios de género já que o Governo de Angola e as FAA nunca assumiram tais actos de violações nem há evidencias de que queiram fazê-lo algum dia. É um cepticismo assaz fundado. Ultimamente a opinião internacional e nacional acompanhou a reacção do Governo, através do MIREX, sobre a publicação do Relatório da **HRW ( Human Rights Watch)** sobre a situação dos direitos humanos em Cabinda. Limitou-se a negar sumariamente o Relatório, qualificando-o de instrumento de propaganda dos inimigos de Angola que pretendem denegrir a imagem do Governo na arena internacional. Cinismo, despudor e irresponsabilidade é a verdadeira imagem que o Governo vende ao mundo quando reage deste modo. Tem razão a **Amnistia Internacional**

quando afirma que nenhum Governo assume as acusações de violação dos direitos humanos. Entretanto, a situação é mais grave quando altos dirigentes políticos e militares do País se decidem enveredar pelo caminho mais fácil, isto é, em não investigar a fundo os casos denunciados nem tampouco responsabilizar criminalmente os culpados, sacrificando assim a verdade, a vida e a dignidade de seres humanos protegidos constitucionalmente. Esta atitude encoraja os autores dos crimes denunciados a prosseguirem com os seus actos porque estão protegidos pela sacrossanta lei da impunidade.

Estas premissas ajudam-nos a compreender a problemática dos direitos humanos em Cabinda dentro de um contexto eminentemente político. Alguns não querem ver isto, mas é a verdade: existe uma especificidade. O assassinato de cidadãos pacatos na Lunda Norte pela Polícia está a merecer, para além do vivo repúdio da sociedade, um tratamento judicial *in loco*. Temos quase certeza de que os autores daqueles pluríssimos homicídios pagarão pelos seus actos. O mesmo se diga do Kuando Kubango, sobre a eliminação de sete velhos por alegadas práticas feiticistas. Sabemos que o então Governador e Comandante Provincial da Policia respondem já no Tribunal Supremo. Estamos solidários com esta acção de justiça, mas infelizmente para Cabinda, as coisas mudam completamente: temos aqui uma justiça que se limita a questiúnculas domésticas, embora de não somenos importância, isentando-se porém do dossier “direitos humanos”. A subordinação dos órgãos de justiça ao poder político-militar não permite o tratamento de matérias tão “melindrosas” como essas. Aliás, o perfeito concubinato institucional que se vive em Angola, País que se auto-advoga como democrático e de direito, nunca há-de permitir que o poder judicial inste o poder político, porque o poder judicial é uma componente do mesmo Estado criminoso.

Isto significa que em Cabinda o problema da violação dos direitos humanos já não é apenas uma questão de actos individuais praticados por este ou aquele militar. Há que se ter a coragem de imputar todas as violações em curso em virtude do conflito político-militar de Cabinda ao governo angolano. Em nome das vítimas, nós acusamos o governo angolano pelos assassinatos indiscriminados, execuções sumárias, torturas e tratamentos degradantes infligidos a pacatos civis, violação de mulheres, etc. Acusamos o parlamento angolano pelo seu “religioso” silêncio, que para nós, activistas dos direitos humanos em Cabinda, revela deliberada cumplicidade e complacência. Até os deputados pelo círculo eleitoral de Cabinda não tugem nem magem, preferindo fechar os olhos à realidade.

As denúncias reportadas neste documento não pretendem esgotar todos os casos decorridos no período em referência. Estes são os casos apurados depois de aturadas investigações dos nossos activistas, os quais foram confirmados. Outros casos não serão aqui reportados porque as testemunhas ou vítimas manifestaram medo de possíveis represálias. Para terminar, deixamos aqui uma palavra de apreço e de encorajamento a todos os activistas que enfrentaram numerosos riscos para levar a cabo este trabalho e agradecemos também a colaboração dos inquiridos que em muito contribuiu para que o presente Relatório fosse realidade.

Cabinda, 30 de Janeiro de 2005.

Pe. Doutor Raul Tati  
Presidente da Comissão Diocesana  
de Justiça, Paz e Migrações.

## INTRODUÇÃO

A guerra prossegue em Cabinda há cerca de 30 anos. Uma das principais facetas dessa guerra, que opõe o Governo da República de Angola aos nacionalistas cabindas organizados em torno da FLEC, é a violação dos direitos humanos.

Com o fim da guerra civil angolana, em 2002, o Governo angolano intensificou as suas acções em Cabinda. A 11 de Outubro daquele ano, desencadeou a «Operação Vassoura», destinada a neutralizar a guerrilha. Essa operação, colocada sob a direcção do EMG das FAA, tem sido acompanhada por uma onda de graves violações dos direitos humanos, de particular crueldade e da negação do Direito Internacional Humanitário. Alguns desses crimes foram divulgados pelos dois relatórios<sup>1</sup> preparados e divulgados pelo Comité ad-hoc para os Direitos Humanos em Cabinda com a colaboração da Coligação pela Reconciliação, Transparência e Cidadania (RTC) e com o patrocínio da Open Society.

Nos últimos meses, o Governo de Angola tem tentado convencer a opinião pública nacional e internacional que já não há guerra em Cabinda; e que as alegadas violações dos direitos humanos são mera invenção dum punhado de lunáticos e aventureiros que se fazem passar por militantes dos direitos humanos. Estas individualidades, a pretexto da defesa e promoção dos direitos humanos, desenvolveriam actividades políticas não autorizadas e pretenderiam apenas comprometer o Governo.

Porém, a verdade é totalmente diferente. E ela pode ser comprovada por qualquer pessoa honesta: a guerra prossegue e, a coberto dela, continuam a registar-se inúmeras violações dos direitos humanos de cidadãos e até crimes de guerra.

Muitas aldeias estão militarizadas e algumas encontram-se sitiadas. O cerco das povoações e a investida das matas pelos militares asfixiam a população civil e consubstancia uma verdadeira ocupação militar; reforçando ao mesmo tempo o sentimento de rejeição e de revolta.

De acordo com algumas fontes, os efectivos militares rondam os quarenta e cinco mil homens, mas voos militares nocturnos estão constantemente a aumentar esse número. Muitas unidades convencionais estão a ser convertidas em grupos de luta antiguerrilha; e ex-guerrilheiros

---

<sup>1</sup> - **Terror em Cabinda** (2002) e **Cabinda – Um Ano de Dor** (2003).

da FLEC estão a ser treinados e enquadrados nas forças de combate à guerrilha.

A instalação de efectivos militares nas matas; a sua disseminação por todo o lado; a destruição de lavras da população; a interdição, limitação ou controlo das actividades agrícolas, da caça e da pesca, assim como a ocupação dos cursos de água e das pistas e atalhos de circulação como medidas destinadas a privar os guerrilheiros do apoio e a forçá-los à rendição, condenam os civis à fome e a uma crescente miséria: é a guerra que continua, no silêncio e na sombra, mas sempre impiedosa e cruel. E ela reduz a população civil a uma situação difícil e intolerável: colocando-a à mercê dos militares que violam os seus direitos, ofendem a sua dignidade e impedindo-a, além do mais, de gozar dos seus mais elementares direitos.

Este relatório procura recensear e divulgar algumas das violações dos direitos humanos e do Direito internacional Humanitário registadas período de Setembro de 2003 a Dezembro de 2004.

Para ele solicitamos a atenção dos activistas dos Direitos Humanos, das pessoas amantes da Paz, da Justiça e da Liberdade, dos decisores e da opinião pública angolana e internacional.

Os factos são apresentados de maneira a se dar precedência aos mais recentes.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.**

A situação dos direitos humanos em Cabinda permanece crítica, contrariamente às vozes que admitem diminuição da sua violação. Constatase, uma certa vontade deliberada do governo angolano em prolongar o conflito e adiar indefinidamente uma solução pacífica. Diante do grave desafio que esta situação coloca às nossas consciências, sobretudo pelo grave prejuízo que o belicismo causa à humanidade inteira, recomendamos:

### **Aos beligerantes**

Que proclamem um cessar fogo imediato e incondicional, afirmem publicamente a sua abertura ao diálogo e se disponham a negociar;

### **Ao Governo Angolano**

Que se disponha a buscar uma verdadeira paz para Cabinda através da promoção de iniciativas políticas conducentes às negociações com a FLEC;

### **Aos Líderes da FLEC**

Que encetem esforços político-diplomáticos junto do Governo de Angola para se encontrar um entendimento que ponha fim às hostilidades no território neste ano de 2005;

### **Às Forças Armadas Angolanas**

Que procedam a desmilitarização e desminagem das povoações e áreas de lavoura retirando gradualmente os seus efectivos, como forma de se garantir a paz, a segurança, e a efectiva livre circulação de pessoas e bens;

### **Aos órgãos de comunicação sociais**

Que sejam despartidarizados e sirvam o interesse público com verdade e isenção, abandonando definitivamente a actual política de exclusão social e de proscricção de outras correntes de opinião e organizações sociais legais no acesso aos meios de comunicação;

## **À Comunidade Internacional**

Que cesse com a sua política de apatia e despreocupação e participe no estabelecimento da paz em Cabinda e na criação de condições favoráveis ao respeito dos direitos humanos;

## **Às Nações Unidas e à União Africana**

Que nomeiem um Relator especial dos Direitos Humanos e promovam a investigação dos crimes dos Direitos Humanos praticados em Cabinda, com vista à responsabilização criminal e civil dos seus autores;

Que os tímidos recados já endereçados ao Governo angolano quer pela ONU, através da senhora Hila Jilani, representante especial do Secretário Geral da ONU para os defensores dos direitos humanos, quer pelas organizações dos direitos humanos e Governos ocidentais se transformem em acções concretas que visem pressionar o Governo para a observância dos direitos humanos em Cabinda.



## I. HOMICÍDIOS, ASSASSINATOS E FUZILAMENTOS

\* **09 de Novembro de 2004** – Na aldeia do Loango Pequeno, Município do Cacongo, **André Fuca**, de 37 anos de idade, nascido aos 06 de Fevereiro de 1967, filho de André Fuca e de Helena Yeze, de manhã cedo, saiu da aldeia para a sua lavra, na companhia de amigos e vizinhos. Chegados ao destino, cada um dirigiu-se para a sua lavra. No fim do dia, todos voltaram à aldeia, excepto André Fuca. A sua ausência foi constatada ao cair da noite. O facto foi comunicado ao Coordenador da aldeia. Dado o adiantado da hora, só no dia seguinte foram tomadas as providências adequadas junto ao Comando Municipal da Polícia e do Procurador Municipal. Feitas as buscas, o corpo de André Fuca foi encontrado na mata com o abdómen aberto, os braços mutilados e o pescoço cortado. Na altura, as matas em redor da aldeia estavam investidas pelos militares governamentais, e muitas vezes maltratavam os civis surpreendidos nas lavras suspeitas de serem colaboradores das forças independentistas da FLEC.

\* **16 de Setembro de 2004 - Agostinho Baza**, filho de Anselmo Bodo e de Felicidade Bumba, natural de Bata Sano, residente (que foi) na aldeia de Vito, comuna de Necuto, município de Buco-Zau, foi assassinado por militares das FAA do Batalhão 704. Baleado com três tiros na parte abdominal, foi encontrado dois dias depois em estado de putrefacção no troço rodoviário Vito – Buco Zau. A tragédia teve lugar a escassos quilómetros da unidade militar do Conde Lintombe (aldeia destruída completamente em 2002, pelas FAA, aquando do início da operação Vassoura), nas imediações da aldeia de Chonzo.

Nascido aos 2 de Julho de 1980 e Coordenador da sua aldeia, Agostinho Baza era irmão menor de José Sumbo, soba do Vito . Camponês e pequeno comerciante da aldeia, Baza deixou viúva Isabel Buanga, grávida de sete meses.

Tudo começou quando o 2.º Sargento João Baptista, do Batalhão 704 das FAA, para festejar com os seus colegas o dia do Herói Nacional (17 de Setembro), intimou o coordenador que fosse a Buco-Zau comprar 2 (duas) grades de cerveja. Embora em convalescência, as atitudes e práticas dos militares das FAA para com os civis e a insistência levaram-no a obedecer, pensando evitar males maiores.

Baza partiu da aldeia do Vito na manhã de 16 de Setembro para não mais voltar. O seu corpo foi encontrado a 18 de Setembro, na estrada principal do Vito -Tchionzo, por familiares que mais tarde avisaram os militares das

duas companhias da zona: a do Vito, do Capitão Gika, e a do Tchionzo, do Capitão Ngumba, ambos do Batalhão 704. Não foram encontrados os AKZ 5000 (cinco mil Kwanzas), cerca de USD 55,00, que o 2º sargento lhe entregara para a compra da cerveja nem a sacola que levava consigo. Enquanto na aldeia se esperava pelo regresso do Baza, do outro lado, os militares da companhia de Tchionzo, entre 16 e 18 de Setembro, impediram o trânsito naquela via. O 2º sargento João Baptista que o instara a partir, não mais se preocupou com a cerveja ou com o dinheiro. Estanislau Nicolau, sogro do malgrado, que viajava de Bucu-Zau para Vito, foi impedido de prosseguir viagem e obrigado pelos militares a permanecer durante dois dias na aldeia de Tchionzo.

Os familiares do Baza - o irmão (Raimundo Mbatchi) e as irmãs (Albertina Tonde e Alfonsina Puati), preocupados com a ausência do seu ente querido, cuja viagem devia durar apenas algumas horas, empenharam-se em buscas que culminaram com a descoberta do cadáver, cravado de três tiros na região abdominal, já em adiantado estado de decomposição.

Os militares do Vito, abordados pela família, prontificaram-se a ajudar a enterrar o corpo, e o subtenente David endereçou uma carta de condolências à família da vítima, lamentando o acontecido. Todavia, durante os dois dias de ausência de Baza, o 2º Sargento João Baptista, não se preocupou com a demora nem se interessou mais pela cerveja, embora soubesse que a viagem de ida e volta à Bucu-Zau (16 Km) devia fazer-se no mesmo dia. Essas circunstâncias levaram as pessoas a concluir que a cerveja fora apenas o pretexto utilizado para atrair Baza a uma emboscada e que o dinheiro fora recuperado e devolvido ao seu dono.

\* **06 de Agosto de 2004** - Pelas 20:00 horas, **Mariana Matoco**, mais conhecida por Zolina, de 35 anos de idade, natural de Lufuinda (Bucu-Zau), residente no Bairro Ngalileia, na sede do Município de Bucu-Zau, portadora do B. I. n.º 00121384CA035, nascida aos 25 de Julho de 1969, filha de André Tati e de Joana Pemba, foi morta pelo seu parceiro Francisco Guilherme Nimo Daniel, capitão das FAA, colocado na Unidade de Loma (Comando da Zona Militar Maiombe), na sequência de espancamento consecutivo a uma discussão por ela ter cobrado o dinheiro que este lhe devia, no valor de USD 300. Do dinheiro emprestado ao companheiro, este queria devolver apenas 10.000 Kwanzas (cerca de USD 110). Ela recusou e o marido agrediu-a violentamente, a ponto de sangrar pelos tímpanos.

Pela segunda vez, a cobrança da dívida levou o marido a dar-lhe pontapés na zona do baixo ventre e da bexiga. Encontrando-se grávida, a agressão causou-lhe um aborto. À terceira vez, ela insistiu, e recebeu violentos golpes no peito e na barriga, caindo para o chão. Transportada ao Hospital Municipal, o pessoal sanitário não pôde fazer mais do que certificar a morte da malograda senhora. Os missionários católicos da área pastoral do Bucuzau tomaram conhecimento do ocorrido e providenciaram o enterro.

\* **07 de Julho de 2004** - Pelas 16:30 horas, **António Mbangala**, de 55 anos de idade, filho de Camilo Cumbo e de Lúcia Meno, natural de Conde Lintumbo, morador na aldeia de Piadinge; Zeferino Mabaca e André Toco encontravam-se na lavra daquele, nos arredores da mesma aldeia, estando António Mbangala no alto duma palmeira, e o Zeferino esperando-o em baixo. De repente, foram surpreendidos com tiroteios. O Zeferino escapou do local e conseguiu chegar à aldeia. Explicou o acontecido às autoridades tradicionais e estas foram até à sede da Comuna (Necuto) informar o Administrador que, por sua vez, contactou o Comandante militar.

Homens da aldeia foram até ao local, acompanhados de militares, para concretizar o facto, mas não encontraram o António nem constataram sangue no local: Apenas viram o arco, com o qual trepara à palmeira, e os chinelos que usava. Só no dia 13 de Julho de 2004 é que militares das FAA encontraram o corpo e comunicaram a sua descoberta à população.

\* **03 de Julho de 2004** - **Luís Bundo**, de 42 anos de idade, pai de três filhos, natural da aldeia de Ueca e Coordenador adjunto da mesma aldeia, da Comuna do Dingé, foi preso por militares das FAA, cerca das 14:00 horas, quando capinava à volta da capela católica. Levado à unidade militar adjacente à aldeia, foi metido numa cova. A sua prisão parece estar relacionada com uma queixa por si feita ao Administrador da Comuna do Dingé contra a atitude dos militares destacados naquela aldeia para com as mulheres. Dizia ele: “Aqui, à noite, os militares não escolhem entre as senhoras casadas e as solteiras. A altas horas da noite, batem às portas dos populares e querem ser servidos, até mesmo por senhoras casadas. Se em algumas partes do mundo, a mulher é para muita gente, aqui o princípio é uma mulher para um homem”.

Luís Bundo fora preso pelo 2.º Sargento José Inácio e submetido a torturas na unidade militar de Ueca. Condoído do desgraçado por causa dos maus tratos que lhe eram infligidos, o Tenente Benedito Kuingua, um dos oficiais daquela unidade, insistiu para que ele fosse evacuado ao Comando

do Batalhão, mas o Comandante da mesma unidade, o capitão Daniel Dungo Yonga recusou-se a fazê-lo.

Horas depois, o capitão Yongo fez sair da sua unidade as companheiras dos militares que com eles coabitavam, dizendo que não podiam dormir lá naquela noite. Alegava que os militares tinham uma missão especial a cumprir. Por volta das 21:00 horas, soaram três tiros na unidade ou nas suas imediações.

Pela calada da noite, os militares levaram o malgrado a escassos metros da sua unidade, obrigaram-no a cavar a sua própria cova e executaram-no a sangue frio, em cumprimento das ordens do Capitão Daniel Dungo Yonga.

O cadáver do malgrado foi encontrado no dia 18 de Agosto, em adiantado estado de putrefacção, no pátio traseiro da unidade militar onde esteve em detenção. As autoridades civis, militares e judiciais tomaram conhecimento do assunto, mas o procedimento judicial instaurado não avança.

\* **24 de Abril de 2004** – No mercado fronteiriço de Chiobo / Mbaka-Khossi (terreno neutro – Cabinda/RDC) foi detectada uma pessoa que foi identificada como guerrilheiro da FLEC. As forças militares e policiais que lá se encontravam decidiram capturá-lo. Apercebendo-se do que se tramava contra ele, o guerrilheiro dispôs-se a escapar-se. Decididos a neutralizá-lo por todos os meios, as forças de segurança, sem se preocuparem com os civis que enchiam o mercado, abriram fogo desordenadamente. O tiroteio, como não podia deixar de ser, provocou vítimas entre os civis, entretidos a comprar e a vender; num total de nove pessoas – quatro cabindas e cinco do congolese, de entre os quais podemos citar: **Juliana Mambuco e Albertina** (cabindas) e **Zola Mambuku André** (congolês).

\* **09 de Março de 2004** - **Madalena Nzuzi**, mais conhecida por Tantine, de 16 anos de idade, natural do Congo Democrático e residente no bairro Amílcar Cabral, foi baleada à queima-roupa nas imediações da Escola «Mbalala, daquele bairro periférico da cidade de Cabinda. Zacarias Mbaca, agente da polícia, em patrulha de identificação de estrangeiros em situação irregular, disparou contra ela sem qualquer motivo e sem interpelação, a sangue frio e à queima-roupa, e ela teve morte imediata. A comunicação social local noticiou o acontecimento. Não se sabe nada do autor do crime.

\* **25 de Dezembro de 2003** - Um grupo de elementos da FLEC infiltrou-se na unidade das FAA sita na aldeia de Ueca, Comuna de Dinge, Município

de Cacongo, tendo recuperado algumas armas ligeiras e ração alimentar das FAA sem troca de tiros. Os militares estavam em festa, na aldeia, e o seu companheiro que estava de sentinela escondeu-se ao ver aproximar-se o «inimigo». Após a retirada dos intrusos, em represália, o guarda emboscou uma viatura civil, tendo vitimado o jovem **Timóteo Domingos Zau**, filho de João Gomes e de Nganga Rosa, natural de Belize, residente no bairro 4 de Fevereiro, casa n.º 40, Zona D, na cidade de Cabinda.

O malgrado tinha 24 anos e fazia comércio fronteiriço no Massabi, tendo a República do Congo como ponto de abastecimento. Em vida, era portador do B.I. n.º 000780726CA033. A população abandonou a aldeia, temendo represálias por parte das FAA. Dias depois, regressou à aldeia e no dia 05 de Janeiro de 2004, foram presos os cidadãos Luís Bundo, coordenador adjunto, Tomás Mabiala e José. Os três foram levados ao batalhão do Dingé e lá interrogados, sob suspeita de serem colaboradores da FLEC.

\* **24 de Dezembro de 2003** - Na sequência de três ataques consecutivos levados a cabo pela FLEC na regedoria de Dodo, Comuna de Necuto, Município de Buco-Zau, uma companhia reforçada pertencente ao batalhão 715, comandado pelo Major Tomás, insurgiu-se contra a população. Os militares invadiram a aldeia de Conde-Malonda. Encontrando-a despovoada, insatisfeitos pelo facto de não encontrarem aí pessoas para satisfazerem os seus instintos, continuaram até à aldeia seguinte - Caio II (ou Mbata Bungo), aonde chegaram às 16 horas.

Iniciando de imediato a rusga e a caça ao homem, encontraram na primeira casa três pessoas: **João Muaca** de 60 anos de idade, filho de Gilda Bumba e de Lotila Mbeua, natural de Caio II; **Paulino Ndumbi**, de 50 anos de idade, filho de Celestino Sissi e de Madalena Kibunda e **Francisco Bula Muaca**, de 19 anos de idade, filho de João Muaca (uma das vítimas) e de Georgete Muaca.

Os três foram submetidos a um interrogatório sumário, na palhota («muanza») da coordenação da aldeia, que ditou a sua morte. Antes do fuzilamento, foram amarrados, na presença de muitos outros civis ruscados, que foram espancados e torturados.

**24 de Dezembro de 2004**, **Moisés Macosso** de 35 anos de idade, filho de Moisés Macosso e de Ruth Massiala, temendo uma condenação injusta e arbitrária, tentou fugir, tendo sido atingido no braço direito. Dos populares apanhados, Otiniel Lelo, de 40 anos de idade, filho de Rafael Massiala e de Malonda, foi o que mais sofreu: Espancado com violência e crueldade, começou a sangrar pelas narinas e pelos ouvidos.

A aldeia ficou cercada e isolada do resto da Comuna por mais de uma semana. No dia 03 de Janeiro de 2004, após um encontro entre o Padre Jorge Congo e o General Marques Correia Banza, Comandante da 2.<sup>a</sup> Região Militar (Cabinda), dois helicópteros voaram até Buco-Cango onde já se encontrava o Moisés Macosso, que também fora atingido. Transportado ao Hospital Militar de Cabinda, ali lhe foram extraídas as balas e recebeu tratamento médico.

## **II. PRISÕES ARBITRÁRIAS, TORTURAS E TRATAMENTOS DESUMANOS, CRUÉIS OU DEGRADANTES.**

\* **29 de Dezembro de 2004 – Jorgeta Cumbo**, natural de Chinvula, filha de Tomé Dembe e de Julieta Kuilo, nascida aos 25 de Abril de 1959 e mãe de quatro filhos, foi presa na sua aldeia natal (Chinvula), cerca das 8:30 horas, e levada à unidade militar de Necuto quando ia deixar comida para o seu marido, guerrilheiro da FLEC. No dia 31 foi transferida para a unidade de Bata-Sano (Buco-Zau), onde se mantém presa.

**29 de Dezembro de 2004 –Luís Zau.**, de 22 anos de idade, filho de Luís Zau e de Ana Sila, natural de Caio-Guembo, Município de Belize foi baleado por um militar das FAA na vila do Buco-Zau. O jovem caminhava pela estrada fora, cerca das 17:00 horas, quando se cruzou com um militar que lhe pediu dinheiro. Cheio de medo, deu-lhe todo dinheiro que tinha consigo – 1500 Kwanzas (cerca de 17 USD). Mas este exigiu-lhe mais 100 Kwanzas. Como não os tinha, o militar, irritado, puxou da arma e deu-lhe um tiro na perna direita.

\* **10 de Dezembro de 2004 – José Mavungo**, natural de Mbata Lemba e comerciante na aldeia de Ntando Pandje, Comuna de Necuto, filho de José Nassoni e de Ruth Malonda, nascido aos 05 de Junho de 1949, portador do B.I. N° 000787329CA032, e **Salomão Sambo**, de cerca de 60 anos de idade, natural de Necuto e residente em Mbata Lemba, filho de Salomão Sambo e de Nela Yala, suspeitos de participação na emboscada à coluna do 2º Comandante da Zona Militar, foram presos por militares e, com as mãos atadas atrás das costas, transportados para a unidade do Necuto e de lá para a de Bata-Sano no meio de espancamentos e torturas. Ali foram despidos e postos numa cova. Na manhã do dia 12 de Dezembro, **Salomão Sambo** foi tirado da cova e levado para local incerto. O seu companheiro de infortúnio, **José Mavungo**, foi transferido da unidade de Bata Sano para o quartel-general das FAA, tendo então deixado de ser torturado.

Em contacto havido com parentes dos presos, o Administrador Municipal de Buco-Zau, Senhor Gabriel Muele, reconheceu tê-los visto na noite do dia 11 de Dezembro, acrescentando que na altura pedira aos militares que os não matassem, para não se pôr em causa o MPLA e o seu Governo.

Quanto a **Moisés Cuco**, coordenador da aldeia de Mbata Lemba, que se encontrava no Necuto aquando da referida emboscada, no seu regresso, foi também apanhado pelos militares e posto na cova, na unidade do Necuto, onde passou a noite, tendo sido solto no dia seguinte.

\* **14 de Dezembro de 2004** - Foram presos sete rapazes por militares destacados na aldeia de Ibovo, Município de Cacongo a oito quilómetros da sede da vila de Lândana, quando os jovens estavam a pescar no rio Chiloango. Trata-se de **Gerson Adão Muangala**, de 11 anos de idade, **André Pascoal Simão Matondo**, de 16, **Juvenal Carlos Mavungo**, **Jorge Pemba Macosso** e **Luís Nombo Chimbonze**, todos de 19 anos, **Jorge Domingos Augusto**, de 25 de anos e **António Gabriel Muangala** de 36. Foram submetidos a torturas e maus tratos (espancados com coronhadas, chapadas e pontapés) e acusados de pertencerem às forças da guerrilha. Quarenta e oito horas mais tarde, não tendo sido comprovadas as acusações que lhes eram imputadas, foram soltos.

\* **05 de Novembro de 2004** - Foram presos na aldeia de Seva, Comuna do Necuto, os senhores **Fernando Gime** e **Francisco Tchilumbo**, pelas 09:00 horas, e levados à cadeia da comuna do Necuto.

\* **04 de Novembro de 2004** - **Filipe Manuelino Barros**, de 29 anos de idade, natural de Cabinda, morador na aldeia de Seva, Comuna de Necuto, filho de Manuel Barros e de Angelina Bumba, foi chamado juntamente com os senhores **Dinis Bundo**, de 48 anos, filho de José Ngoma e de Mónica Nzoko, e **Eduardo Sechi**, ao coordenador da aldeia a fim de serem informados das acusações que lhes eram feitas. Ao chegarem lá, encontram três militares das FAA. Estes informaram-lhes que no dia anterior, o senhor João Maria Tati, que se embebedara, falava gritando que conhecia muitos elementos da FLEC que viviam na aldeia. No dia seguinte foi preso e citou os seus nomes.

Acusou o Filipe Barros de fornecer comida aos guerrilheiros da FLEC e os outros dois de serem guerrilheiros. Foram interrogados e torturados. Convencido da inocência do Filipe Barros, o Capitão Jaime, ordenou a sua soltura, na condição de voltar no dia seguinte, para a continuação do interrogatório. Ao regressar à casa, declarou que fora torturado e que

deixara os outros (Dinis Bundo e Eduardo Sechi) amarrados. Estes foram depois levados ao Necuto, onde o Luís Bundo foi visto com lesões na cara e outros sinais de espancamentos e torturas.

\* **19 de Outubro de 2004** - Por volta das 08:00 horas da manhã, o jovem **Inocência Puna Gabi**, de 17 anos de idade, filho de Benjamim Lomba e de Suzana Umba, natural de Buco-Zau e residente no bairro Comandante Gika, arredores da cidade de Cabinda, foi espancado por militares.

Tudo aconteceu quando o Inocência acompanhava a sua esposa Tantina ao Hospital Provincial de Cabinda. Ao chegarem perto da escola chamada de Mbalala, no Bairro Amílcar Cabral, encontraram estacionado um carro da FANA (Força Aérea) de marca JMC, com sete militares a bordo, fardados e armados com armas: AK, AKM, pistolas, punhais e granadas.

De repente, Tantina, a esposa do Inocência, largou-o e pôs-se ao lado daqueles militares. O Inocência, que não percebia o que se passava, tentou seguir a sua esposa para trazê-la de volta, mas os militares não o permitiram. Tentou insistir, mas eles opuseram-se.

Irritados, agarraram-no e espancaram-no. Os curiosos e vizinhos que assistiam ao que se passava, tentaram acudir, mas foram ameaçados - “quem se meter, também apanha”. Abandonaram-no com rosto intumescido e com várias escoriações nos braços, levando com eles a sua esposa para local desconhecido. Mantiveram-na «em cativeiro» durante duas semanas.

\* **25 de Setembro de 2004** – **André Luemba**, de 54 anos de idade, (coordenador da aldeia), **Manuel Puati**, de 33 anos de idade, e **Anselmo Mbado**, de 26 anos de idade, todos naturais de Cumbo Liambo, foram detidos e levados à Base Militar do Dingo. Isto deveu-se ao facto de Pedro Baza, irmão mais velho de André Luemba, ex-guerrilheiro da FLEC, e residente naquela aldeia há já alguns anos, se ter ausentado para a República Democrática do Congo, por razões de saúde, sem o consentimento dos militares daquela área.

Dois dias depois da partida do ex-guerrilheiro, isto é, na madrugada do dia 25 de Setembro, pelas 4:00, um pelotão de 25 militares das FAA cercaram as cinco casas mais próximas da casa de Pedro Baza, puseram toda a gente para fora e revistaram-nas. Como não encontraram a pessoa que procuravam, decidiram levar com eles **André Luemba**, **Anselmo Mbado** e



**Manuel Puati.** Chegados ao quartel do Dinge, foram conduzidos perante o Comandante Santos Manhinga, que os interrogou a cerca das bases da FLEC, do desaparecimento do seu irmão, da actual situação da FLEC. Estes manifestaram a sua inocência, mas aquele comandante ameaçava dizendo: <<Não me mintas porque eu acompanho tudo através de satélites que coloquei no ar. Eu meti satélites que estão a controlar toda a tua regedoria. Por isso, convém me dizer a verdade>>. Por não terem satisfeito as expectativas dos investigadores, foram obrigados a passar mais alguns dias naquela região militar. Passados mais alguns dias, o Pedro chegou da RDC com uma receita médica e os respectivos relatórios médicos. Então aqueles presos foram libertos.

\* **24 de Setembro de 2004 – Anselmo Macosso**, filho de Inácio Mbaló e de Maria de Lourdes Nsuami, natural de Bucu-Sócoto, Comuna do Dinge, Município do Cacongó, foi preso na unidade do Dinge. Na sequência duma viagem que fizera ao Dinge, para legalizar a sua arma de caça, de regresso à sua aldeia, recebeu uma convocatória para se apresentar à sede da Comuna.

Ao apresentar-se na Comuna, foi dirigido para a unidade militar onde, acusado de ser guerrilheiro da FLEC, foi submetido a interrogatório e encarcerado. Por refutar as acusações que lhe eram feitas, no dia 29 foi posto na cova, ignorando-se a sua situação actual.

\* **27 de Agosto de 2004 - Madeca Buange**, filho de Pedro Buange e de Elizabete Muila, natural de Catabuanga, residente em Bucu Zau, nascido aos 13 de Fevereiro de 1957, portador do B.I nº. 000206092CA036, emitido aos 24 de Julho de 2000, foi surpreendido e espancado na mata por militares.

Acabado de chegar à sua lavra na mata de Chivolo, a caminho de Catabuanga, cerca das 9:20, começara a roçar quando, cerca de trinta minutos depois, souou uma ordem que lhe gelou o sangue nas veias: “ Alto! Pára ali, filho da puta, FLEC da merda!”. Cercado por militares que não vira antes, foi conduzido para um local onde não havia outros militares. Mandaram-no sentar e um dos militares mandou-lhe abrir a boca e introduziu nela a ponta do cano da sua arma para obrigá-lo a dizer onde estavam os guerrilheiros da FLEC. Depois obrigaram-no a deitar-se no chão e um dos militares pisou-lhe na cara. Queriam obrigá-lo a confessar que estava em contacto com os guerrilheiros, mas ele continuava a dizer que não sabia nada deles

. Em seguida, taparam-lhe a cara e foi levado para junto de outros militares. Ai foi espancado com pontapés e coronhadas no peito e nas costas. Em vias

de ser executado pelo comandante daquela operação, pôs-se a gritar e a chorar, o que despertou a atenção dos outros que intercederam em favor da vítima. Ficou detido até por volta das 16:30, altura em que foi solto.

**\* 20 de Setembro de 2004 - Alberto Muanda**, filho de Poba e de Bueia, nascido aos 16 de Janeiro de 1958, em Buco Zau, residente actualmente do Mbatamanga ( Buco Zau) e Director da Escola Primária de Micuma I, acompanhou a sua esposa, Albertina Simba e suas amigas, Joana Massevo e Virgínia Conde à lavra, não longe da aldeia.

Por volta das 15:00 horas, quando regressavam da lavra, militares, que tomavam banho no rio, entenderam espancar todo o grupo com o avesso da catana. Alberto Muanda, sendo o único homem do grupo, foi levado à unidade militar e ali apresentado como guerrilheiro da FLEC. As senhoras, que foram libertas, recorreram às autoridades militares, nomeadamente ao Comandante Lacrau, mas ninguém deu importância ao caso.

**\* 14 de Setembro de 2004 – Artur Mabiala Mavungo**, nascido no Tando Masselele, Viede, Município do Belize, filho de Júlio Mavungo e de Germana Zuzi Kokolo, vendia a sua mercadoria no mercado do Alto das Rolas, no centro da cidade de Cabinda, foi cercado por dois agentes da Polícia Militar que, de armas em riste, intimaram-no a acompanhá-los. Conduzia-os um tal Jack, filho de um comandante guerrilheiro da FLEC. Este, passando por detrás do jovem, agarrara-o pela gola da camisa, dizendo aos seus acompanhantes: -«Tal homem é este!».

Os vendedores do mercado exaltaram-se e, alvoroçados, desafiaram os militares e impediram-nos de levar o jovem. Aproveitando a confusão, Artur quis esgueirar-se, mas foi agarrado pelo Jack, tendo-lhe rasgado a camisa. Entretanto, chegou o Tenente-Coronel Miguel, acompanhado do Major Aliança, ex-comandante dos guerrilheiros, já integrado nas FAA. Estes levaram o jovem ao quartel-general, onde foi interrogado. Em seguida, foi posto numa «cela» subterrânea (cova), onde permaneceu durante cinco dias, sem comer nem beber.

Era acusado de ter dado apoio logístico à guerrilha e de ter mantido um tráfico comercial com os guerrilheiros, além de se presumir conhecer o paradeiro do seu irmão Joaquim Mbuangui Nhati que, preso por estar em contacto com aqueles, conseguira escapar. O Major foi a principal testemunha de acusação, confirmando o papel por ele desempenhado no reabastecimento da guerrilha e insinuando também que ele conhecia o maquis onde estão actualmente os principais comandantes da guerrilha –

**Estanislau Boma, Alexandre Taty, Rótula, Flor e Estêvão Kembo.** As declarações do Aliança foram confirmados pelo Coronel Lázaro, antigo Chefe do Estado-Maior da FLEC, hoje oficial superior das FAA.

A 20 de Dezembro, foi levado à Hospedaria do Complexo de Frio (da ex-Direcção das Pescas). Ali foi fotografado, «fichado» e, uma vez mais, interrogado. Foi convidado a colaborar nos esforços tendentes a erradicar a guerrilha e foi-lhe explicado o seu papel na estratégia gizada, para cuja execução se necessita também da participação de Mobebisi e do coordenador de Mbata Mbote.

Finalmente, a 29 de Dezembro, às 20:00 horas, foi solto.

\* **12 de Agosto de 2004 - Madalena Nhati**, solteira, de 28 anos de idade, filha de **Nhati Goma e de Margareth Mbumba**, natural do Congo Democrático, residente em Cabinda, no bairro Comandante Gika, foi surpreendida defronte ao Cine Popular a vender produtos num espaço não autorizado pela Administração Municipal. Os agentes da polícia saquearam os seus artigos: Quatro jogos de lençóis e três peças de panos. Depois foi publicamente agredida três porretes.

\* **09 de Agosto de 2004 - Simão Conde Gomes**, nascido aos 15 de Maio de 1972, filho de Simão Gomes e de Carolina Chibinda Bumba, natural de Buco-Zau, morador no Bairro 4 de Fevereiro, Zona E, casa n.º 395, nos arredores da cidade de Cabinda, foi apunhalado por um militar que estava acompanhado de alguém vestido com uma camisola civil, calças e botas militares, enquanto o outro estava totalmente uniformizado, com fardamento da polícia. Mas o autor do crime, embora envergasse a farda da policia, identificava-se como militar das FAA, da unidade dos comandos caçadores.

Simão Gomes é um vendedor de produtos diversos na praça dita de Papa Ngoma, no bairro 4 de Fevereiro. Nesse dia, foi interpelado novamente pelo caçador dos seus bens. Este, que já o burlara antes, surgiu com um pedido de uma lata de conserva de carne. A vítima disse-lhe que estava fraco, que recorresse a uma outra pessoa. Aquele insistiu, querendo levar à força uma conserva de carne e uma lata de leite. O Simão, ao tentar impedir o saque, foi apunhalado pelas costas. Ao virar-se, recebeu uma outra punhalada ao lado do coração. O sangue corria das costas e do peito. No mesmo instante, passava o carro ronda da policia, e o autor do crime pôs-se em fuga, mas a policia não foi atrás dele. A polícia limitou-se a evacuar a vítima ao Hospital Provincial, onde recebeu os primeiros

socorros e ficou internado, não demonstrando qualquer preocupação com a identificação e eventual captura do agressor.

\* **09 de Agosto de 2004** - Quando vinte e seis jovens caçadores das aldeias de Cumbo Liambo e Caio Cacongo regressavam da caça, depois de um dia de intenso trabalho, conversando acerca das suas aventuras da caça e das suas experiências, cerca das 17:00 horas e na área de Cumbo Liambo, caíram numa emboscada de militares das FAA, da unidade conhecida como «grupo Kalungo», pertencente ao destacamento de Bichequete.

Kalungo, o chefe do grupo, mandou imobilizar e desarmar os caçadores e, sob a ameaça das armas dos seus homens, começou a interrogá-los e a torturá-los um a um. Cada caçador apanhava uma série de pontapés e «chapadas» de catana (golpes vibrados com uma catana). **Manuel Luemba**, de 29 anos, filho de João Augusto e de Adriana Malila Sambo, o mais sacrificado, levou uma catanada nas costas que lhe causou um grave ferimento.

Depois do espancamento, os caçadores foram levados ao quartel de Bichequete, onde passaram uma noite inteira a ser interrogados sobre a Flec, à espera do Comandante Santos Manhinga, que devia chegar do Dinge para supervisionar pessoalmente a investigação. Por sorte, o Comandante estava ocupado e, reconhecendo que se tratava de jovens daquelas aldeias, enviou um carro para os levar de volta às suas casas.

**José Capita** e **Miguel Bundo**, de 24 anos, faziam também parte do grupo de caçadores. Este foi obrigado a cantar, dançar e saltar em honra de Kalungo, «chefe, Deus, presidente e governador» e foi retido na base por mais alguns dias.

\* **08 de Agosto de 2004** - Pelas 7:00 horas, **João Muanda**, de 18 anos de idade, filho de João Muanda e de Rebeca Bumba, da aldeia do Chivolo, Município de Buco-Zau, regressava da caça com a gazela que matara quando foi visto por dois militares das FAA.

Chamaram-no e pediram-lhe para ver a gazela que transportava. Depois perguntaram-lhe quem o tinha autorizado a ir à caça. Um dos militares, ardilosa e sorrateiramente, foi à sua unidade dizer ao Comandante que acabavam de agarrar um guerrilheiro da FLEC. Passado algum tempo, apareceu o Comandante, que vive maritalmente com Ester Bilongo, de 21 anos de idade, irmã mais velha do João Muanda.

O comandante mandou inspeccionar a arma do jovem caçador e depois disse que o problema tinha de ser resolvido no Catabuanga, centro dos

comandos caçadores. Chegou o pai, que disse: «Você é um genro, não pode fazer isso ao meu filho. Aliás, a arma pertence-me e tem a sua documentação».

Mas o comandante disse que levaria o rapaz à unidade, acrescentando que o João, antes de caçar, tinha de pedir permissão. E, invectivando-o, disse: «Tu não és meu cunhado, mas sim meu inimigo». Conduziu-o à unidade, mandou dar-lhe 20 chapadas, e pô-lo num buraco de 5m de profundidade e 2m de largura. Depois de descer, um dos militares pôs uma chapa por cima.

Ficou no buraco das 7:00 às 16:00 horas, sem comer nada. Os militares, ora diziam que não lhe fariam mal, ora ameaçavam matá-lo.

Temendo pela vida do filho, a mãe recorreu ao comandante do Micuma, pedindo a sua intervenção para a solução do caso. Este acompanhou-a até junto do comandante de Chivolo e pediu-lhe que lhe mostrasse o inimigo capturado. Este exibiu-o de imediato, fazendo-o sair do buraco.

Quando a mãe tentou falar o comandante do Chivolo, ameaçou-a dizendo: «Se abrires a boca, morrerás». Mas o comandante do Micuma II encorajou-a a falar, dizendo que nada iria acontecer. Por isso, pediu-lhe que não se preocupasse. Mas ela disse que não podia deixar de se preocupar, pois a primeira vez aconteceu ao irmão dela: Foi preso e nunca mais apereceu.

O comandante do Chivolo disse-lhe que iria matar o seu filho, pois estava disposto a arcar com as eventuais consequências. E o Comandante de Micuma II repreendeu-o, mostrando-lhe que não se falava daquele modo.

O pai foi chamar o coordenador da aldeia, Zacarias Bakissi, e o seu adjunto António Lelo para irem à unidade militar interceder pelo seu filho. Quando estes chegaram, pediram permissão para entrar. Foram autorizados a entrar na unidade, mas os militares disseram logo: «Vocês, coordenadores, não falem nada e nem pensem aproximar-se».

O Comandante de Micuma II, que tinha um rádio emissor-receptor portátil, ameaçou os seus companheiros de armas: «Se os matarem, comunicarei aos outros».

O Comandante do Chivolo decidiu levar o João Muanda para Catabuanga, ameaçando: «Aquele que me seguir vai provar a morte deste. E depois vou me matar».

O Comandante do Micuma II aconselhou o seu colega a libertar o João e ficar com a arma. Este aceitou e avisou que não contassem mais com a arma, porque iria vendê-la a qualquer pessoa que aparecesse. Por um feliz acaso, chegou à unidade o Brigadeiro, Comandante da Zona Militar Maiombe, acompanhado do Administrador de Buco-Zau, Gabriel Muela. Este pediu que lhe mostrassem o IR (inimigo). Logo que o viu, disse aos militares: «Este não é um IR, mas sim um jovem da aldeia. Se não largarem

este miúdo, terão problemas». Então o Comandante de Micuma II mandou ir embora o miúdo, decidindo apreender a arma.

O Brigadeiro ordenou ao comandante do Chivolo que aparecesse depois na vila (de Buco-Zau).

\* **16 de Julho de 2004** – Na aldeia de Caio II, Município de Buco-Zau, **Afonso Sumbo**, de cerca de 60 anos de idade, **Alexandre Mavungo**, de 54, e **Francisco Mabiala** de 56 anos de idade, foram surpreendidos nas suas lavras por militares das FAA quando faziam os seus trabalhos agrícolas. Os militares, depois de os espancarem, arrastaram-nos para longe dos seus campos, amarraram-nos a umas árvores e ali os abandonaram.

Cerca das 18:00 horas, ao constatarem a sua falta, os membros da comissão da aldeia e o povo em geral foram ao Major Tomás exigir a soltura daqueles populares, ameaçando levar o caso às autoridades da Comuna e posteriormente encaminhá-lo às mais altas patentes militares.

Às 19:30 horas, o Major Tomás, enviou alguns dos seus homens ao local onde tinham deixado os camponeses, tendo-os desamarrado e levado de volta à aldeia. Os três apresentavam visíveis sinais de torturas. O Capitão Mário, um dos adjuntos do Major Tomás, prometeu castigar os culpados daquele acto.

Ironicamente, repreendeu o chefe da equipa, o Sargento Montanha, acusando-o abertamente de não ter capacidade para cumprir a missão, acrescentando que se a missão fosse de bebedeira, tê-la-ia cumprido com sucesso.

Ordenou que se castigasse o Sargento e fosse privado dos seus salários durante três meses.

Após o sucedido, o Sargento Montanha começou a vingar-se do Coordenador da aldeia. Este, temendo pela sua vida, ausentou-se por algum tempo.

\* **15 de Julho de 2004** - **Eduardo Sequi Gime**, solteiro, de 22 anos de idade, filho de José Gime e de Catarina Buanga, natural de Seva, Comuna de Necuto, residente naquela aldeia. Por volta das 8:30 horas, o **Eduardo Sequi Gime** e os seus **amigos Tiago e Chichita**, foram apanhados por militares das FAA que, com ameaças de morte, lhes pediram: «Mostram-

nos onde estão os FLEC's, senão serão mortos». Eles responderam: «Nós não conhecemos». Começaram a espancá-los. Um dos soldados agrediu o Eduardo com uma catana, causando-lhe um grande ferimento. Depois os três foram amarrados, levados ao Necuto e metidos numa cova onde os militares urinavam. Passadas algumas horas, tiraram-nos da cova e, depois de desamarrados, carregaram-nos com pesadas mochilas e, durante uma semana, foram utilizados como guias e bestas de carga pelos militares em missões de patrulha nas matas. Um mês depois foram soltos.

\* **27 de Maio de 2004** - Os senhores **Mateus Barros** e **Mbuiti**, da aldeia de Tando Macuco, Comuna do Necuto, iam a caminho das suas lavras, acompanhados das suas esposas e dos seus filhos quando caíram nas mãos de militares. Estes submetem-nos a interrogatórios, acusando-os de terem familiares nas forças da guerrilha da FLEC. Por refutarem as acusações, os militares ficaram furiosos e começaram a espancá-los e a torturá-los, separando-os em grupos e aplicando torturas específicas a cada grupo: Uns foram manietados e outros torturados com varapaus. A tortura só terminou quando uma das senhoras reconheceu o famoso comandante Jibóia.

Consciente da gravidade da situação, o Jibóia pediu sigilo às vítimas, ameaçando-os de represálias, caso contassem a alguém o que se passara.

\* **21 de Maio de 2004** - Os senhores **Mateus Barros**, **Celina Lando** e **Mantjora**, da aldeia de Tando-Macuco, na Comuna do Necuto, iam às suas lavras quando caíram nas mãos de militares. Acusados de prestarem assistência logística aos guerrilheiros da FLEC, foram espancados, tendo a senhora Celina Lando fracturado o braço.

\* **21 de Maio de 2004** - **Martinho Puumbe**, filho de Puati e de Colete Massiala, nascido aos 26 de Setembro de 1943, natural de Cata Chivava, Comuna de Necuto, Município de Buco-Zau. Conta-nos a sua história nestes termos: «Fui na mata no dia 21 de Maio de 2004. Fui interceptado por militares chefiados pelo Jibóia, nas matas da aldeia de Seva. Chamou-me: “Vem cá para dentro”; onde estavam escondidos. Desarmaram-me a catana e meteram no chão e pegaram na catana deles. Mandaram-me sentar no chão e fizeram a pergunta: “Onde vais?” Eu respondi: “Vou à lavra”. “Estás a andar sozinho?” Eu disse que sim; mas as minhas mulheres vêm já. Disse: Aqui vais morrer, porque aqui é longe demais. Onde estão os teus filhos? Eu respondi que os meus filhos estão na cidade de Cabinda, mas a outra está comigo no Tando Macuco. Eles disseram: É mentira. Começaram a torturar-me com a catana deles, trespassando-me com ela as mãos. Mandaram-me sentar bem e bateram-me de novo com a catana.

Comecei a gritar. Mandaram-me calar a boca, e abri a boca. Obrigaram-e a mastigar o cano da arma: Comecei a mastigar um ferro fundido, o que era impossível. Apareceu então o Jibóia. Mandou revistar os cestos das mulheres que, entretanto, tinham chegado, e submeteu a interrogatório a Felicidade, uma menina de 14 anos. Queria confirmar junto dela as minhas declarações. Depois de ouvir dela que na verdade não tenho filhos nas fileiras da guerrilha, permitiu que fôssemos às lavras. Ao chegarmos às lavras, apercebemo-nos de que estas estavam cercadas por outros militares que permaneceram lá várias semanas».

\* **21 de Maio de 2004 - Mateus Balo**, filho de Xavier Cama e de Suami Tumona, natural de Piadinge, Comuna de Necuto, Município de Buco-Zau, nascido aos 30 de Dezembro de 1938 foi interceptado por militares, cerca das 11:00 horas, na mata da aldeia de Seva, quando ia à lavra, acompanhado da família: «Levaram-nos mais para dentro da mata, e começaram por me dizer – ‘se você não disser onde vivem os FLEC’s<sup>2</sup>, sereis todos mortos a tiro’». Separando-me dos outros e afastando-me de onde eles vivem, encostaram-me a uma árvore e apontaram-me uma arma ao peito e colocaram uma bala na câmara. Estava cercada por cerca de 15 militares. Gritei: «Deus, recebe a minha alma!». Mandaram-me levantar novamente e juntaram-me aos outros dez civis.

Começaram a bater a minha filha com catana e varapaus. Como era demais, gritei pedindo desculpa: ‘‘Chefe, deixe a minha filha, por favor!’’ Por ter dito isto, vieram contra mim, e, pessoalmente, o chefe Jibóia começou a bater-me com um pau, visando mais a cintura pélvica, provocando-me dores horríveis. Caí no chão, onde comecei a rebolar. Tinha já o corpo inflamado. Então deixaram de me bater, tiraram-me a catana e quiseram dar-me uma conserva de ração, que eu recusei. Disseram-nos: «Se vocês não tirarem os vossos filhos que estão nas matas<sup>3</sup>, mataremos todos vocês». Depois disso, acompanharam-nos até às nossas lavras. Tiraram algumas coisas<sup>4</sup>, e eles instalaram-se lá nas nossas lavras.

\* **21 de Maio de 2004 - Celina Lando**, filha de Celestino Baba e de Anastácia Nvami, natural de Piadinge, Comuna de Necuto, Município de Buco-Zau, nascida em 1962, foi também interceptada pelos militares do «chefe Jibóia». «Entre as 9:00 até às 11:00 horas, fui interceptada por militares da FAA conduzidos pelo chefe Jibóia. Perguntaram-me o que levava no «mpidi<sup>5</sup>». Respondi que levava apenas a minha catana.

---

<sup>2</sup> - os guerrilheiros da FLEC.

<sup>3</sup> - Isto é, que estão na guerrilha.

<sup>4</sup> - Decerto minas ou outro tipo de armadilhas e engenhos explosivos.

<sup>5</sup> - Cesto utilizado por mulheres para o transporte de carga.



Revistaram o meu «mpidi», e como não encontraram nada dentro dele, deitaram-no para o lado e mandaram-me para o grupo de civis onde encontrei a minha tia, também capturada. A tia disse aos militares: “É a minha sobrinha Celina que me trouxe cá para buscar alguma coisa para comer”. Soltaram a minha tia Rosália e o chefe Jibóia disse-me: «Fala a verdade!» “Quê verdade vou falar na mata?” – “Diz a verdade que se passa na tua lavra”. A única coisa que sei é que na minha lavra há bananas, batatas, mandioca, etc.

O Jibóia insistia, dizendo: «Fala do segredo que se passa acerca das FLEC’s». Eu respondi que não sabia nada deles. O chefe Jibóia começou a espancar-me pessoalmente. Depois de tanta tortura, apontou-me a arma: “Fala a verdade! Se não, serás morta”. Respondi: Vocês dizem - quem fala a verdade, não merece castigo. Eu não sei nada acerca disso. Então o chefe Jibóia pegou numa moca preparada por eles e começou novamente a torturar-me com muita força e simultaneamente continuava a interrogar-me. Como as perguntas eram demasiadas, o meu pai gritou: “Deixem a minha filha!”. Você tem palavra aqui?-perguntou o Jibóia.

Deixaram-me e começaram a bater o meu pai com muita força. Depois o chefe escolheu dois militares para me levarem mais para cima para me matarem. Os outros militares chamaram o chefe para um diálogo a sós e então mandaram-me juntar-me aos demais. Depois do diálogo que tiveram, começaram a instruir-me como poderia contribuir para a paz ou participar na mobilização para a saída dos militares da FLEC das matas. Aí soltaram-me.

\* **19 de Maio de 2004 - Pascoal Futi**, nascido aos 20 de Junho de 1975, filho de Samuel Mabumbi e de Deolinda Nkuanga, natural de Cacongo, era motorista de táxi na via de Massabi. Na manhã desse dia, partiu da cidade de Cabinda, rumo à fronteira de Massabi. Regressava à cidade com seus clientes quando, por volta das 22:00 horas, encontraram uma viatura acidentada. À sua volta havia dois militares das FAA e alguns agentes da polícia que prestavam auxílio às vítimas. Pararam e juntaram-se a eles. Um dos militares tinha a arma fora de segurança. Um dos policias chamou-lhe à atenção para o facto; mas mal acabara de falar, soou um tiro: O militar disparou à queima-roupa e atingiu o Pascoal na perna. Este caiu para o chão e o militar fugiu. Os clientes socorreram o morotista, transportando-o ao Hospital Provincial de Cabinda, onde recebeu assistência médica.

\* **12 de Maio de 2004** – A senhora **Celina Lelo**, casada, filha de Clemente Pango e de Cristina Cabi, natural de Caio Nguala, Comuna de Necuto, Município de Bucu Zau, nascida aos 25 de Março de 1955, residente no

bairro Chiweca, arredores da cidade de Cabinda, as suas sobrinhas **Rebeca Cumbo**, de 20 anos de idade, e **Rosa Cumbo**, de 18 anos de idade, filhas de Tiago Mabiala e de Inês Bilongo, e as suas netas **Alfonsina Lelo** e **Dorcas Nsunda**, respectivamente de 7 e 12 anos de idade, regressavam da lavra, cerca das 17:00 horas, e encontravam-se já nas imediações da aldeia de Chimbolo, regedoria de Cotra, perto do Bairro do Povo Grande, quando foram interceptadas por dois militares armados. O seu intuito era violar as meninas Rosa e Rebeca. A tia entregou-lhes 800,00 Kwanzas (cerca de USD 10), suplicando-lhes que soltassem as meninas. Mas em troca, foram todas torturadas, sobretudo com golpes na boca, para que não gritassem por socorro. A catana foi usada como instrumento de tortura. Isto aconteceu por volta das 19:00 horas. A tortura foi tanta que até uma delas desmaiou. Um dos militares fez um disparo e, na confusão que se seguiu, a pequena Dorcas fugiu e conseguiu chegar à casa do coordenador da aldeia do Chimbolo. As senhoras foram torturadas pela noite fora. A meio da noite, a escuridão e um espesso bananal ajudaram as meninas Rosa Cumba e Alfonsina Lelo a fugirem.

Continuaram em poder dos militares a dona Celina e a Rebeca Cumba. Choraram tanto que por volta das 23:00 horas, umas pessoas que passavam por aquelas paragens ouviram os choros e, reagindo com gritos e ameaças, amedrontaram os militares, que fugiram, embrenhando-se na mata. Assim, as senhoras escaparam à violação.

**11 de Abril de 2004 - Joel Bartolomeu**, natural de Bémfica (Necuto), filho de Bartolomeu Conde e de Rute Malonda, nascido a 1 de Janeiro de 1950, residente no Bémfica, foi obrigado a comer cacos de garrafa moídos com pedrinhas.

“Era um domingo. Houve um confronto entre as FAA e a FLEC e o povo fugiu na mata. Quando eram 13:00 horas, saí do escondeirijo para a aldeia. Chegado ali, fui preso pelos militares, acusado de ser membro da FLEC. Isso foi o suficiente para ser torturado ao ponto de ser obrigado a mastigar e engolir cacos de garrafa. Como já me sentia mal, um militar pegou num caco de garrafa e espetou-mo, tendo rasgado uma parte do meu braço direito. Dias depois, fui solto e família levou-me ao Congo Democrático, onde fui operado, mas até hoje a minha saúde é débil por causa deste infausto acontecimento”, concluiu Joel.

\* **22 de Março de 2004** - Na aldeia de Ueca, Município de Cacongo, foi surpreendida a equipa de delinquentes que anda a extorquir dinheiro às pessoas que circulam na via do Massabi e a semear a insegurança naquele troço rodoviário. De entre eles, o jovem **Pascoal Tembo**, mais conhecido por Titi, natural de Ueca e residente em Ponta-Negra. Este cidadão, de

aproximadamente 18 anos de idade, actuava em colaboração com alguns militares das FAA. Neste dia, saquearam dinheiro de passageiros, com destaque para o padre Gabriel Zau, pároco do Belize.

No mesmo dia, pelas 9:00 horas, na mesma área, um delinquente mascarado foi atingido no braço por um agente da polícia, quando tentava extorquir dinheiro a populares. A sua arma foi apreendida e ele foi levado a Lândana, e entregue às autoridades policiais por alegadamente se tratar de alguém ligado à sua corporação.

Todavia, a acção que culminou com a captura de Pascoal Tembo foi perpetrada às 17:00 horas, com o saque de 500 USD ao Padre Gabriel, que se deslocava a Ponta-Negra.

Capturado às 18 horas, o **Gantor Aleitor** começou a citar inocentes da aldeia de entre os quais: o coordenador **Luís Mavungo Sambo**, **José Tchibuali** e o filho do senhor Lourenço, mais conhecido por tio Libundu. Torturados, amarrados durante toda a noite. Durante o interrogatório, citou outros inocentes residentes no Lico, a 3 quilómetros do Ueca, como Ambrósio e Ivo Sambo, de 49 anos de idade. Segundo ele, este senhor era o seu chefe e guardava as armas pesadas.

Pelas 24:00 horas, os militares cercaram a casa da dona Maria Josefina Malonda, prenderam-na e, sob a ameaça duma arma do tipo AKM e com ameaças de porrada, levaram-na à unidade militar de Ueca, juntamente com o senhor Ambrósio e o seu trabalhador Tembo. Foram espancados e manietados.

No dia 23 de Março, alguns populares do Lico foram à unidade militar pedir satisfação ao comandante pelas pessoas presas.

O capitão Manuel Sousa, mais conhecido por Ponta-Negra, exibiu os prisioneiros. Ambrósio Sambo acusava cansaço e ferimentos no rosto e nas sobrelhas do olho direito e José Tchibulali tinha as mãos inflamadas e provavelmente uma contusão duma costela do lado direito. Esta acção aconteceu por volta das 9:00 horas.

Na noite deste dia, foram ainda capturados por militares das FAA os senhores Ivo Sambo, Tomas Taty, e Bernadino Agostinho Muela. Foram levados ao batalhão do Dinge onde foram espancados e torturados.

\* **18 de Março de 2004** - Acusado de ser guerrilheiro da FLEC, é preso na comuna de Necuto, por ordem do Comandante Lacrau, o senhor **André**

**Matoco**, filho de António Macaia e de Sidónia Tsanha, natural de Buco Cango, Município de Buco-Zau, enfermeiro, casado e pai de cinco filhos. Depois de torturado, foi posto na cova.

\* **17 de Março de 2004** - Na aldeia de Tchinhambi, Regedoria de Dodo, às 12:00 horas, comandos boinas vermelhas detiveram **Barnabé Ngoma**, de 20 anos de idade, filho de Mateus e de Adelina Conde.

\* **16 de Março de 2004** - Cinco populares da aldeia de Seva, Comuna de Necuto foram presos naquela aldeia por um militares das FAA idos de Necuto, acusando-os de prestarem apoio aos guerrilheiros da FLEC. Foram levados ao Necuto, e até ao momento presente nada se sabe do seu paradeiro. Trata-se de **Eduardo Sequi Gimbi**, nascido aos 3 de Março de 1980; **João Pedro Estani**, nascido aos 17 de Julho de 1978; **Grange Bula**, do Congo Democrático, nascido aos 23 de Fevereiro de 1980; **José Mianda**, nascido aos 07 de Abril de 1977; e **Nhimi Taty**, também do Congo Democrático, nascido aos 13 de Dezembro de 1979. Foram levados ao Necuto, torturados e metidos na cova.

\* **10 de Março de 2004** – Um «velho» de 64 qnos de idade, da aldeia de **Caio Cacongo**, que requereu o anonimato, foi preso na sua aldeia pelos militares que ali se instalaram. Ia pescar ao rio, a cerca de 150 metros atrás da sua casa, às 6:00 horas da manhã, quando foi interpelado, espancado e amarrado até às 10:00 horas.

Embora o conhecessem muito bem, os militares pretendiam que o «velho» era um guerrilheiro. As 10:00 horas, depois de quatro horas de suplício, um dos soldados desamarrou-o, mandou-lhe vender dois peixinhos que tinha no bolso das calças e pediu-lhe que comprasse meio litro de caparoto<sup>6</sup>, se quisesse ser solto. Se o não fizesse, seria amarrado e torturado de novo. A tremer de medo, o detido comprou a bebida e livrou-se da tortura.

\* **08 de Março de 2004**- Dois militares das FAA espancaram, no Caio Guembo, Município do Belize, um velho de mais de 70 anos de idade, de nome **Bernardo Babica**, que ficou com o braço direito e a bacia fracturados, deixando-o em estado de saúde precário.

\* **07 de Março de 2004** - **Salomão Tembo**, de 22 anos de idade, e **Manuel Gomes**, de 16, filhos de Simão Tembo e de Felicidade Chibinda, naturais de Caio Cuntene, regressavam à sua aldeia, depois de um passeio à aldeia de Mbata-Sosso, quando foram interceptados por dois militares: Russo, comandante da unidade de Mbata-Sosso, e seu guarda-costas. Submeteram-

---

<sup>6</sup> - «Cachaça» de fabrico local (artesanal).

nos a interrogatório, insinuando que eram guerrilheiros da FLEC. Por terem negado as acusações, foram espancados. Para intimidar os jovens, o Russo fez alguns disparos com a sua arma do tipo AKM, tendo atingido o jovem Manuel Gomes pelas costas, enquanto o seu irmão se escapava, embrenhando-se na mata.

\* **06 de Março de 2004** - Cerca das 15:00 horas, **Lourenço Barnabé**, filho de José Basílio Buinga e de Lúcia Mbeua, natural de Caio Cuntene, Comuna de Necuto, foi encontrado, por militares em missão de rotina, a descansar nas traseiras da sua casa, na companhia da irmã, ainda criancinha. Tomado como guerrilheiro da FLEC, foi de imediato levado à unidade militar de Caio Cuntene, onde foi torturado por ordens do comandante Jeremias. Ao aperceber-se do facto, a sua mãe, Lúcia Mbeua, pôs-se a correr para a unidade militar, a fim de socorrer o seu filho. Chegada lá, ao tentar intervir em defesa do filho, foi apunhalada na cabeça pelo sub-tenente Rasta. O sangramento da senhora forçou o comandante Jeremias a soltar o jovem Barnabé.

\* **14 de Fevereiro de 2004** - Por volta das 11:20 horas, uma patrulha de dezoito militares surpreendeu um grupo de 19 populares dos bairros da periferia da vila de Buço-Zau (Mabele e Terra Nova) que fazia uma batida. Desarmaram-nos e transportaram-nos ao batalhão de Bata Sano. No dia seguinte, 15 de Fevereiro, foi-lhes servida uma refeição, permanecendo presos e vigiados por três militares.

Nesse dia, alguns militares mais antigos do batalhão testemunharam que os presos eram civis, pelo que, às 16:30 horas, foram todos soltos, com ordens de voltarem o batalhão no dia seguinte, a fim de prestarem declarações.

No terceiro dia, ao se apresentarem de novo, pelas 8:00 horas, cinco dos dezanove foram dispensados de prestar declarações suplementares. Os outros esperaram até às 15:00 horas, altura em que um capitão, chefe de segurança militar, ordenou o regresso às suas casas, devendo aguardar decisão superior relativamente às suas armas de caça.

Até à data de 25 de Fevereiro, data marcada para a acareação, as armas não tinham ainda sido entregues. A sua devolução estaria condicionada ao pagamento de uma «multa».

\* **12 de Fevereiro de 2004** - **Portancio Nhambi**, natural de Kissamano, regedoria do Micuma, município de Buco Zau, portador do B.I. n.º 0000069212CA026, filho de Portancio Nhambi e de Carlota Massiala foi preso por militares do batalhão de Bata Sano na mata de Kissamano, pelas

21:00 horas, quando ia à caça. Teve um ferimento no olho direito quando ia a fugir e embateu contra um obstáculo. Levado ao quartel, passou a noite amarrado. De manhã cedo, o chefe do grupo que o capturara ordenou que servisse de guia a uma equipa de reconhecimento. Conhecendo o perigo que representava aquela missão, quis recusar, mas foi forçado a ir. Os militares tinham a intenção de chegar até ao rio Luali, nas cercanias de Buco-Zau, e atingir a localidade de Chivindi, antiga área estratégica da FLEC. Chegados à margem do rio e não podendo atravessá-lo, devido à enchente, recuaram. De regresso, emboscaram os camponeses e pescadores das aldeias circunvizinhas, tendo apanhado: **José Sunda, João Pedro, Tomás Mambuana e Justino**, todos exploradores artesanais (garimpeiros) de ouro; **João António**, cerca de 30 anos, e **Feliciano Gomes** (Savedra) de 27, que iam à pesca; e **Agostinho Ernesto Sema**, filho de Ernesto Futi e de Teresa Puna, portador de BI 000227402CA014, natural de Kissamano, que ia à caça. Preso pelas 10:00 horas, em virtude da espingarda que levava consigo, foi tido como guerrilheiro da FLEC. O chefe da equipa, um sargento conhecido por Mil Ideias, encarregou-se, em primeira instância, de lhe aplicar duas bofetadas e duas corronhadas, - uma no temporal direito, outra no braço direito, quando quis proteger-se. A seguir, um dos militares mais temidos, o Corta-Cabeça, deu-lhe uma corronhada da sua AKM no temporal esquerdo, ao lado superior da orelha, tendo criado um grande ferimento, donde saiu muito sangue.

Às 10:45 horas, chegados ao chefe que ordenara a missão, este começou a interrogar os homens, separando os que eram portadores de armas de caça dos outros. No local encontraram um outro caçador, **Ernesto Massembo**, de cerca de 44 anos de idade. Os três portadores de armas de caça e os quatro exploradores de ouro, considerados como guerrilheiros da FLEC, serviram de guias no patrulhamento das matas, estando privados de alimentos e desenrascando-se com o que conseguiam nas lavras pelas quais passavam.

\* **08 de Janeiro de 2004 - Francisco Nvumbi**, nascido a 1 de Janeiro de 1954, filho de Lourenço Mabiala e de Coleta Macundi, natural de Conde Malonda, Município do Buco-Zau, pequeno comerciante, fazendo constantes viagens entre a aldeia e a cidade para o abastecimento da sua cantina, foi preso por ordem do Comandante Tomás do batalhão de Buco-Cango, acusado de colaborar no reabastecimento dos guerrilheiros da FLEC.

A equipa do Comandante Tomás, composta de três militares, já se encontrava no Kungo Butuno, a alguns quilómetros da aldeia do Conde-Malonda, onde lhe armaram uma emboscada. Tiraram-lhe tudo o que tinha:

O dinheiro - 200.000,00 Kwanzas (cerca de USD 2.250) e 100.000,00 Francos CFA (cerca de USD 2.000) e uma grade de cerveja. Um dos militares, mais conhecido por sargento Montanha, abriu um intenso tiroteio que levou Nvumbi a perder os sentidos. Voltando a si, quis fugir, mas foi apanhado e torturado. O sargento foi desarmado pelos seus companheiros de armas depois de ter atingido o desgraçado nos calcanhares (dos dois pés).

\* **05 de Janeiro de 2004 - Luís Bundo**, de 42 anos de idade, **Tomás Mavungo**, de 48, e **José Malila Tembo**, de 28, três primos, foram apanhados por ordens do capitão do destacamento do Ueca, Município de Cacongo, por alegada participação em assaltos aos populares. Transportados ao batalhão de Dinge, ali permaneceram durante quatro dias, presos num contentor. Após s interrogatórios, Luís Bundo foi solto, enquanto os dois outros foram transferidos para o quartel-general das FAA e metidos numa das celas subterrâneas lá existentes onde se vive em condições infra-humanas. A cela tem uma profundidade de dois metros, está cimentada e tem três orifícios para a entrada do ar. Quando chove, a água entra e inunda a cela. Defeca-se lá e, às vezes, faz-se tudo num balde e, uma vez este cheio, leva-se a deitar fora.

José Malila Tembo e Tomás Mavungo, permaneceram durante catorze dias naquela cela (de 09 a 23 de Janeiro). Não tinham a possibilidade de tomarem banho e eram submetidos a outros maus tratos. Em 23 de Janeiro, Tomás é solto, ao passo que o outro ficou mais quatro dias. Durante esse tempo, este último sofreu mais castigos, tendo saído da aldeia manietado até ao Dinge. Usavam dois ferros para as torturas, com os quais apertavam se lhes a cabeça como em tenaz, para forçá-los a confessar «a verdade». A tortura provocava dores atrozes.

\* **01 de Janeiro de 2004 - Felicidade Massuca**, nascida aos 28 de Fevereiro de 1986, no Codo, Nhuca, Município de Buco-Zau, filha de Eugénio Macosso e de Madalena Chibinda, por se de ter negado a fazer relações sexuais com o tenente António Manano, do batalhão 715 do Dinge, destacado na ilha de Itumbichi, foi alvejada nas nádegas, tendo a munição saído do lado do abdómen. Querendo ocultar o sucedido, a menina foi escondida durante algum tempo no batalhão do Dinge. Mais tarde, foi transportada ao Hospital Militar de Cabinda. As autoridades militares prometeram dar uma compensação à família, mas não cumpriram o prometido.

\* **24 de Dezembro de 2003** - Na aldeia de Micuma II, Município de Bucuzau, no eixo rodoviário Micuma / Tando-Matiaba, passando pela aldeia de Ntoto Ola, a FLEC emboscou alguns militares das FAA, tendo vitimado mortalmente um soldado. Em retaliação, os militares das FAA, furiosos, investiram a aldeia de Micuma II e prenderam **Marcos Vemba e Zacarias Zau**, que estavam em festa, com a família. Esta situação criou um pânico no seio das populações dos Micumas, que abandonaram as aldeias à procura de sítios mais seguros.

\* **18 de Dezembro de 2003- João Buiti António**, filho de António Chicaia e de Lurdes Salisa, nascido na aldeia de Kosso Uenda, Comuna do Necuto, foi espancado com socos e pontapés e torturado por ter reclamado contra a **violação da sua esposa, cujo nome não foi revelado**, por Blaise, comandante da Polícia fronteiriça, na sua própria casa. Desta violação resultou a gravidez da senhora violada e, conseqüentemente, a ruptura da união conjugal. Reconhecendo a gravidade do assunto, no intuito de garantir a sua impunidade, o comandante Blaise colocou algumas munições na casa do João Buiti António para assim acusá-lo de fornecer material bélico à FLEC. Desta feita, obrigado pelas circunstâncias, abandonou a sua aldeia, para se livrar da cabala..

\* **7 de Dezembro de 2003 - Baquissi Kembo**, de 44 anos de idade, filho de João Mbachí, natural de Congo Democrático, residente na aldeia de Bembica, Comuna de Necuto, foi preso pelas FAA, junto do rio Chinganga acusado de ser guerrilheiro da FLEC, quando verificava as suas redes e armadilhas de pesca. Foi amarrado e espancado ali mesmo. Depois de um ligeiro descanso, deu-se continuidade aos espancamentos, arreando-lhe as calças e ameaçando cortar-lhe o pénis, o que não se verificou porque um dos militares impediu que o crime fosse consumado. Mas os espancamentos continuaram ainda. Depois desataram-lhe as cordas e o chefe da missão ordenou a um deles que o sodomizasse, mas este negou.

O Comandante disse ao Baquissi que fossem à aldeia para que lhe desse a sua esposa e ele tivesse relações sexuais com ela, mas o Baquissi negou. O Comandante levou-o ao Necuto, e meteu-o numa cova com água. Algumas horas depois, foi tirado da cova e submetido a interrogatório, acusado de ser guerrilheiro da FLEC. Perguntavam-lhe o ano em que ingressara nas fileiras da guerrilha e exigiam que lhes fosse mostrar a base da FLEC que estava situada no Bembica. Se não obtemperasse, seria morto. O investigador tirou algum dinheiro da gaveta da sua secretária e prometeu ao Baquissi uma recompensa em dólares se lhes fosse mostrar a base; mas ele insistiu, dizendo que não entendia nada da política. Ameaçou-o de novo: «Se não disseres a verdade, vamos matar-te». Depois



ordenou a um dos militares que o levasse de volta à cova. Às 18:00 horas, levaram-no à unidade da polícia, onde passou a noite. Queixava-se de dores horríveis. No dia seguinte, a polícia queria remetê-lo à Segurança<sup>7</sup>, quando apareceu o coordenador do Bembica, que o defendeu e obteve a sua soltura, às 15:00 horas.

**\*07 de Dezembro de 2003, António Baza** de 60 anos de idade, coordenador da aldeia de Conde Novo, Município de Buc-Zau foi torturado por militares das FAA, na sequência de um ataque de guerrilheiros da FLEC ocorrido naquele mesmo dia.

Baza estava a trabalhar na sua lavra, em companhia de alguns amigos, quando soaram alguns tiroteios ao longe. “Mais tarde, ficámos a saber que os tiros foram causados por um ataque da FLEC às tropas governamentais estacionadas na região. «De regresso à aldeia, os militares das FAA prenderam-me. Bateram-me muito, amarraram-me e levaram-me para o batalhão», contou.

As agressões contra a autoridade tradicional tiveram lugar porque os militares acreditavam que ele conhecia o paradeiro dos guerrilheiros. Todavia, confessou: “Eu não sabia de nada”.

Não acreditando nas suas declarações, os militares procederam a um sumário e ilegal julgamento para obrigá-lo a confessar algo “que não sabia”. Durante o improvisado julgamento, foi torturado. “Apertaram-me a cabeça com dois ferros, para ver se eu dizia alguma coisa”. Apesar do castigo, Baza manteve-se inabalável, nada dizendo, pois não conhecia nem sabia da identidade dos guerrilheiros da FLEC. Perante tal resistência, os militares intensificaram ainda mais a tortura. “De repente, um dos soldados espetou-me um ferro na cabeça e só sei que desmaiei, porque não suportei a dor”, explicou, mostrando o ferimento com os pontos de sutura.

Os militares só não o mataram porque o Administrador municipal de Buco- Zau interveio, solicitando que lhe fosse dada assistência médica. «Fui levado ao hospital», explicou a vítima, acrescentando: «Não entendo como é que, aos 60 anos, consigo fazer guerrilha”.

**\* 05 de Dezembro de 2003 - José Capita**, de 49 anos de idade, coordenador de aldeia de Caio Caliado, foi acusado de ter colaborado com os guerrilheiros da FLEC na conservação de um paiol de armas e munições

---

<sup>7</sup> - SINFO, Serviço de Informação, que sucedeu à antiga e temida Segurança do Estado.

na sua aldeia“. A sua casa foi investida por militares, de manhã cedo. Prenderam-no e levaram-no ao Comando da Zona Militar, onde permaneceu detido. “Disseram-me que estava preso, porque devia dizer onde está o armamento que a FLEC guarda na minha aldeia”.

José Capita desconhecia a existência de qualquer paiol pertencente à FLEC, mas, apesar disso, “ puseram-me num helicóptero e levaram-me à aldeia para que dissesse onde estavam as armas. Já na aldeia, obrigaram-me a entrar na mata com os militares para indicar onde estavam as armas que procuravam”. Perante a insistência dos militares, Capita levou-os a uma antiga base da FLEC, que já estava abandonada há vários anos. Irritados por não encontrarem o armamento, os militares ameaçaram matá-lo.

Deram início às torturas. “ Começaram por amarrar os meus cotovelos nas costas e depois uniram os dedos polegares à frente do peito”.

Os militares tiveram ainda tempo para esfregar areia nos braços da vítima. “Fizeram isso para que as cordas com que me tinham amarrado se fixassem bem na minha pele”, explicou. A tortura continuou durante muitos dias. “ Tinha muitas feridas, mas não me deram assistência médica”. Durante muitos dias, Capita foi posto num buraco. “Atiravam-me alimentação numa pequena lata, mas na maior das vezes não conseguia comer porque a comida caía no chão e eu não tinha força nos braços. Bateram-me muito e sempre insistiam que devia dizer onde estava o armamento. Só fui solto vários dias depois, após o arrependimento do seu delator. Contudo, confessa “ fiquei com o braço direito imobilizado, e ainda sinto dores na perna direita. Não consigo trabalhar, preciso de assistência médica urgente. Enfim, a minha vida corre perigo”.

\* **19 de Novembro de 2003** – Cerca das 21:00 horas, **Patrício Malo Bambi**, de 54 anos de idade, filho de João Maria Bambi e de Madalena Peso, natural de Macanga Grande e residente na mesma aldeia, viveu a situação que descreve da maneira seguinte: «Neste dia apareceu uma patrulha militar vinda do comando do batalhão de São Pedro Cota, com um efectivo de uns 25 soldados, sob o comando dum 1.º Tenente que, em tempos idos, chefiou o destacamento de Zenze do Lucula. Começaram as buscas de armas e de supostos guerrilheiros da FLEC. Capturaram-me, bem como o coordenador da aldeia, João Maria Bolila, que ia à mata, e outros populares, num total de nove, tendo permanecido nas matas todo o dia a servir de guias. Durante todo este tempo, a nossa alimentação foi tortura.

Na manhã do dia 20, transferiram os nove aldeões para São Pedro Cote. Às 21:00 horas, apanharam três pessoas, nomeadamente: **Casimiro Bambi**, de 45 anos, secretário do Soba. Todos esses senhores permaneceram presos na unidade militar, submetidos a toda espécie de humilhação, acusados de

coisas que não sabíamos. A nossa libertação só se deu com a intervenção do senhor padre Carlos Mbambi. E é ele que está a custear o nosso tratamento pelas pancadas que a porrada causou”.

\* **11 de Novembro de 2003 - Filomão Futi**, de 71 anos, natural de Caio Cuntene, Comuna do Necuto, foi fortemente intimidado por uma rajada de tiros por militares das FAA afectos ao batalhão do comandante Lacrau quando se encontrava na palmeira a recolher vinho de palma, na sua roça. Quando os seus filhos, residentes na cidade de Cabinda, se aperceberam do sucedido, deslocaram-se ao Caio Cuntene para junto dos familiares informarem-se do estado de saúde do pai, infelizmente foram aprisionados, acusados de terem ido participar das exéquias fúnebres do militar da FLEC que seria um dos seus irmãos. E só foram libertos depois de muitos favores implorados pelo seu pai e após o pagamento de uma multa de 4000, 00 Kwanzas (cerca de USD 45).

\* **Novembro de 2003** –Em data indeterminada do mês de Novembro de 2003, **João Kuissi Nzita**, nascido no Mongo Macongo, Município de Buco-Zau, aos 8 de Outubro de 1967, enfermeiro, residente na Beira-Nova, foi preso pelo seguinte: No exercício da sua profissão, arrancou um dente a um militar em Tando Macuco. No mesmo dia, o militar, ao receber o seu salário, comprou um litro de aguardente, embebedou-se e ofendeu o seu chefe. Este deu-lhe umas bofetadas e estas causaram-lhe uma inflamação na boca.

Por este facto, dias depois, foi chamado às 7:00 horas por três militares, que lhe disseram: “Há um comandante que tem um problema de dente. Vem com o material tratá-lo”. Assim foi levado ao Necuto com todo o seu material. Durante o percurso, não houve nenhum problema. Quando chegaram, começaram a zombar dele: “Olha o FLEC que saiu da mata fingindo-se de médico só para matar a tropa das FAA. Estes insultos estavam em função do dente que eu arranquei ao referido militar”.

«Durante o interrogatório, acusavam-me de ser da FLEC: “Você, como intelectual, porque é que está a viver na mata”? Expliquei que quando fui à cidade procurar emprego, fui tido como filho de Nzita Tiago<sup>8</sup>, em função de meu nome. Foram os chefes político<sup>9</sup> e de segurança que salvaram a minha vida, pois seria morto. Depois de ter rejeitado todas as acusações, fui posto num buraco fechado e cimentado, de 2 metros de profundidade, totalmente escuro. Fazia aí todas as necessidades fisiológicas. Era um

---

<sup>8</sup> - Presidente da FLEC.

<sup>9</sup> - Responsável da educação cívica e patriótica.

buraco muito sujo. Estava lá também um cidadão congolês. O Comandante Lacrau ameaçou-me para que não me metesse nos problemas do zairense. Caso houvesse alguma fuga de informação, eu seria morto. O referido cidadão chamava-se Jacques.

Todos os dias éramos batidos em cada interrogatório. Punham-nos dois ferros nos lados da cabeça com cordas nas pontas para apertar. Fiquei no buraco durante três dias. Graças ao meu pai, que informou as autoridades civis, foram buscar o regedor Mongali, um outro dentista, que fez o diagnóstico ao militar que eu tratara e constatou que não era um tratamento mal feito, mas a pancada que levou do seu chefe que provocara a infecção.

Como tratei muitos outros militares, entre eles boinas vermelhas (comandos), estes reagiram contra o Lacrau, pois conheciam a eficácia e a competência do João Nzita, dado que tratei 58 comandos, com sucesso e sem problemas, no mesmo período.

No dia em que fui liberto, ainda fui levado por Lacrau e outros militares ao sitio onde executam os presos e são depois queimados. Mas o chefe político e o homem da segurança, como já me conheciam, impediram que eu fosse morto e queimado, pois havia já uma fogueira preparada».

O João ficou desidratado por causa do calor e da privação de comida e de água. Apenas um militar, tomado de compaixão, lhe dava de comer e de beber sempre que pudesse e tivesse a ocasião de fazê-lo sem perigo. «No primeiro dia não fui interrogado, mas apenas torturado com um chicote feito de um pedaço de pneu com arames salientes. As dores eram tão atrozes que pedi que era preferível me matarem».

«No dia em que fui ameaçado de morte, o chefe político entrou em troca de palavras com o Lacrau e lhe disse que caso me matassem, ele se retiraria da unidade. Por isso, o Comandante transferiu o chefe político para a unidade do Dinge».

No dia em que fui liberto, por volta das 8:00 horas, estava tão debilitado que não conseguia sair do buraco. Fui puxado por dois militares».

\* **28 de Outubro de 2003 - Bakisi Kumbo**, nascido no Nganda Ndingui, República Democrática do Congo e vive no Bembica, Comuna de Necuto a 01 de Fevereiro de 1960, foi preso e torturado por militares nas seguintes circunstâncias: «Desde o momento em que os militares vieram a Necuto, o sofrimento começou, em 2003, no tempo seco» (de Maio a Outubro).

«Fomos eu e Willy meter armadilhas no rio Chiganganga. Dois dias depois, fomos ver se havia peixe ou não e levamos ainda outras armadilhas. De regresso, encontramos-nos com um grupo de 20 militares que começaram a dar-nos algumas questões, querendo saber donde vínhamos com tanto peixe. O Willy estava um pouco mais adiantado e eu, atrás dele, vinha cantarolando. Dada a distância, eles perguntaram ao Willy com quem estava a andar. Este respondeu que estava comigo. Como o Willy já tinha estado preso na unidade militar deles, não lhe fizeram mais nada. Deixaram que ele fosse à casa».

«Quanto a mim, acusaram-me de ser guerrilheiro da Flec. Assim, fui levado à mata para que fosse mostrar onde estavam os meus supostos colegas. Como eu recusava as acusações que me eram feitas, deram-me porrada com uma moça de bambú e com o avesso da catana. O peixe que eu levava me foi tirado. Quando chegámos à mata de Mabunda, a uma longa distância da aldeia, fui amarrado com cordas: Os braços às costas, amarrados pelos cotovelos e as duas mãos também juntas e amarradas pelos polegares. Enquanto eles me batiam com bambú e catana, cobrindo-me com folhas de bananeira, fizeram lume e cozinham o peixe que me haviam tirado e comeram.

«Neste momento, entornaram-me água suja e continuaram a torturar-me. Despiram-me e, pegando o meu pênis, tencionaram castrar-me. Com os meus gritos de dor, um dos militares que estava no grupo pediu ao comandante para que não cometesse tal acto. É desta forma que fui tirado das cordas e me mandaram tomar banho, pois estava sujo que nem um porco».

«Durante o tempo em que estive amarrado, faziam-me algumas perguntas como: “Quantos militares da Flec existem na vossa aldeia? Onde estão os teus colegas da Flec?”

«Como eu não respondia a essas perguntas, o comandante queria fuzilar-me, e mandou dois militares para fazerem sexo comigo. Felizmente, estes recusaram».

«Já era praticamente o fim do dia. Não conseguia mais andar por causa da dor da tortura que tinha sofrido. Temendo que eu viesse a morrer aí, fui transportado ao quartel militar de Necuto, onde fui posto num buraco de 2,5 metros de lado e pelo menos 5 de profundidade. Descia-se por uma escada de madeira. Fiquei ali um dia. Queixava-me muito de dores do peito. Mesmo assim, a todo o momento era chamado para interrogatórios. Ao fim de tudo, não se conseguiu provar do que me acusavam, e fui liberto».

\* **28 de Outubro de 2003 - José Bernardo**, nascido no Caio Poba, a 5 de Março de 1976, e residente no Bêmbica, acusado de ser guerrilheiro da FLEC, foi preso por militares, espancado, e foi levado à unidade militar de Necuto. Interrogado pelo Tenente-Coronel Bom Deus e o comandante Massota, duas vezes por dia, e por vezes torturado, foi posto num buraco de cerca de 3m<sup>2</sup> de superfície e 5m de profundidade. Davam-lhe de comer os restos deixados pelos militares. Fazia as necessidades fisiológicas no buraco.

\* **17 Outubro de 2003- Januário Guimbi**, também conhecido por **Mbundi** natural de Caio Nviedi, Município de Belize, aos 11 de Julho de 1942, filho de Alexandre Zau e de Jolina Zundi, encontrava-se em tratamento em Cabinda quando foi informado de que as suas duas esposas (Teresa Pemba e Charlotte Futi) tinham sido levadas pelas FAA para a vila de Belize, acusadas de estarem casadas com um guerrilheiro da FLEC. Viajou de imediato para o Belize e apresentou-se às autoridades militares como coordenador de Caio Nviedi. Sem qualquer interrogatório, foi logo submetido à tortura pelo comandante Decidido. Primeiro entornaram-lhe água nas nádegas e bateram-lhe com uma catana aquecida ao rubro. Aplicaram-lhe cento e cinqüenta (150) pancadas nas nádegas, apanhou mais dez (10) na coluna vertebral e ainda levou mais (50) cinquenta chapadas na face e, como se isso tudo não bastasse, colocaram-no na cova onde fez oito dias. Encontrou na cova os senhores Kifuada, seu irmão, Monteiro e outras pessoas que não conhecia.

Completados os oito dias, os presos foram transferidos para Cabinda, ao quartel-general, onde foi submetido a vários interrogatórios. Seis dias depois, foi interrogado pelo General Luís Mendes e, não se tendo apurado nada, foi solto.

A vítima queixa-se das seqüelas das torturas e sente-se, em virtude disso, inapto para os trabalhos do campo.

\* **16 de Outubro de 2003 – Alfredo Cipaio Augusto**, de 46 anos de idade, natural da aldeia Panga-Mongo, Comuna de Necuto, foi uma das vítimas do chamado «**processo Outubro**» e conhecidos por prisioneiros do Lacrau, então comandante do batalhão 788. Numa vasta operação que se estendeu às aldeias de Panga-Mongo, Piadinge, Tando Macuco e Lucanga, na Comuna do Necuto, foram presos dezasseis civis e levados para diferentes centros de detenção – Zalangó, Necuto e Tando-Zinze. Sofreram torturas e humilhações. Depois de várias intervenções, com a mudança do comando militar, os presos foram libertados a 27 de Dezembro de 2003. Apesar do tratamento hospitalar de que beneficiou, Cipaio não resistiu às sequelas

das torturas e maus tratos, pois saíra da prisão com o braço esquerdo fracturado, o a barriga inchada e uma fraqueza e palidez generalizadas. Faleceu algumas semanas mais tarde.

\* **14 de Outubro de 2003 – Anastácia Macaia**, nascida na aldeia de Tchaca e residente no Ganda-Cango, Município do Belize, nascida aos 12 de Dezembro de 1974, filha de Mateus Panzo e de Ana Kussúcama foi presa, e conta o seguinte: «Na noite desse dia, já estava a dormir quando o Senhor Monteiro veio bater à minha porta. A princípio recusei-me a abrir, mas como vendo alguns artigos, convence-me a abrir dizendo que precisava de comprar algumas coisas. Logo que abri a porta, deparei-me com militares que me capturaram. Chefiava-os o comandante Decidido. Saquearam todos os meus haveres, tanto os bens pessoais como os artigos do meu comércio, comprados em Ponta-Negra e avaliados em 400.000 Francos CFA (cerca de USD 800). Fui levada para as imediações do cemitério da aldeia e então uma outra equipa foi prender o senhor **Kifuada**. Preso este, fomos conduzidos ao Nviedi, onde os homens foram torturados e nós as mulheres violadas. Acusavam-me de fornecer comida aos guerrilheiros e de ter dois irmãos na guerrilha».

Tendo negado as acusações que lhe eram feitas, foi chamado o senhor Monteiro que a acusara. Este disse que a acusara apenas porque não suportara as torturas e pediu desculpas à sua vítima. Em face dessa reviravolta, foi torturado de novo, com redobrada fúria.

Passados dois dias, foram transportados para o Belize, onde foram uma vez mais torturados os homens e as mulheres utilizadas como instrumentos de prazer.

Estiveram quatro dias no Belize sem sequer ver a luz do sol. Davam-lhes a comer bananas verdes. Responderam a vários interrogatórios e depois foram soltos.

\* **14 de Outubro de 2003 - José Kumbo**, solteiro de 22 anos de idade, filho de Alberto Manga e de Suzana Bumba, natural de Caio Poba, Comuna de Necuto, e residente no Bémbrica viveu a situação que o próprio conta do seguinte modo: «No dia 14 de Outubro de 2003 pelas 13:00 horas, cheguei a Yeme Lintene e estava sentado com a mãe. Apareceram aproximadamente trinta e oito militares chefiados pelo Comandante Protásio, que me mandou levantar. Eu perguntei: “O que fiz?”. Os militares responderam: “Você é um FLEC”. Assim, fui encaminhado para a unidade de Caio Contene com outros civis, que foram torturados. Horas depois, os outros foram soltos e fiquei lá sozinho. Tiraram-me a roupa e fiquei totalmente nu. Fui torturado por muitos militares. O Comandante ordenou a um dos militares que pegasse num varapau para me bater. A

porrada foi tanta que perdi os sentidos. Recuperei e penduraram-me a um pau, sempre despido, e o militar continuou a bater-me com o varapau. O Russo, chefe do batalhão, e o Rasta, chefe da missão, perguntaram-me se eu era da FLEC. Caso não aceitasse, seria morto. Imediatamente respondi que não era da FLEC. Então fui esfaqueado no ombro e nas costas e comecei a verter muito sangue. Temendo o perigo que tal situação causaria caso morresse, soltaram-me e o Comandante Rasta disse: “Vai à casa, mas não digas à tua família que te bateram e te desarmaram o teu dinheiro no valor de 3.500 Kwanzas (cerca de USD 40). Se falares, serás morto - disse o Comandante».

### **III. VIOLAÇÕES, CASAMENTOS FORÇADOS E ESCRAVIDÃO SEXUAL**

\* **12 de Janeiro de 2004 - Clementina Kengue**, de 17 anos de idade, filha de Basílio Mpelo e de Susana Futi, natural de Santo Muno, Comuna do Necuto, foi forçada a viver maritalmente com um militar das FAA. O pai lamenta o sucedido, mas mantém-se calado, temendo represálias.

\* **16 de Setembro de 2003 – Judite Mavungo de 23 anos de idade** foi raptada por militares, levada para uma unidade instalada na mata e reduzida, durante um mês e meio, à escrava sexual. Eis a história contada pela própria vítima : «Como o meu marido estava ausente e estava a passar muitas privações com as crianças em Cabinda, onde vivia, fui à aldeia de Chicamba, no município de Cacongo, passar algum tempo com a minha mãe. Passados alguns dias, dispus-me a ir à cidade de Cabinda, para saber de uma que o meu marido prometera enviar-me. Como devia fazer só um ou dois dias, deixei as crianças com a mãe. A carrinha que apanhei na fronteira teve uma avaria a meio do percurso. Estava quase a anoitecer quando apareceu um táxi, onde consegui um lugar para continuar a minha viagem».

«No táxi, além do motorista, havia um casal e mais homem, sendo eu a segunda mulher. Depois de percorridos alguns quilómetros, encontramos uma barreira militar onde fomos obrigados a parar. Logo que parámos, surgiram seis militares, que estavam escondidos. Mandaram logo descer o casal. Depois um militar perguntou se eu era casada. Respondi que sim, acrescentando que o meu marido estava em Luanda.. Mandaram-me também descer e autorizaram o taxista a continuar a sua viagem. Começou então um longo interrogatório do jovem, acompanhado de espancamento. Pareceu-me que aqueles militares tinham feito a “emboscada”



propositadamente para capturá-lo. Obrigaram-nos a acompanhá-los pela mata fora.

«Depois de muito andarmos, os soldados quiseram violar-me, a mim e à outra jovem. Lutamos com todas as forças de que dispúnhamos para não sermos ultrajadas. Como a outra lutou muito e disse que preferia morrer, deram-lhe logo um tiro na testa e atiraram o seu corpo para o lado. Depois de matarem a rapariga, os militares levaram o rapaz que a acompanhava a um canto, e nunca mais o vi. Acredito que o mataram também.

«A seguir, os seis militares abusaram-me sexualmente. Os soldados usaram-me como quiseram. Continuamos a andar durante a noite até que chegámos a uma espécie de quartel no meio da mata.. Não me bateram, mas, naquele dia, todos os militares do quartel vinham satisfazer-se comigo. Foram momentos de grande humilhação para uma mulher casada e mãe de dois filhos. Fui usada como um brinquedo.

«Durante todo o tempo que passei lá, fui uma espécie de «mulher comum» de todos os soldados que estavam naquele quartel. Todo aquele que quisesse satisfazer os seus instintos vinha ter comigo. Isso acontecia todos os dias. Quando vinha o helicóptero, escondiam-me para não ser vista pelos outros.

«Estava sempre com a mesma roupa, mesmo quando me molhava com a chuva. Perdi a alegria de viver. Nem queria mais comer. Os soldados apontavam-me uma arma à cabeça e obrigavam-me a comer.

«Todos os dias, eles vinham ter comigo e faziam de mim o que queriam. Era uma vida de humilhações permanentes. Perdi toda a capacidade de resistência. O meu sofrimento era cada vez maior. Só pensava no dia em que a morte iria pôr fim a tanto sofrimento.

«Entretanto, surgiu uma pequena esperança. Um daqueles soldados que vinha também humilhar a minha dignidade e personalidade, prometeu-me um dia que me libertaria. Apesar de tudo, não acreditei muito no que me disse. Mas, na noite do dia 1 de Novembro, quando todos estavam a dormir, o referido soldado acordou-me e pediu-me que o acompanhasse, pois ia salvar-me, como tinha prometido.

«Conduziu-me por uma picada. Durante a longa caminhada, naquela noite até de madrugada, obrigou-me a dormir com ele três vezes.

Depois de andarmos toda a noite, ao amanhecer, chegámos a uma estrada e o soldado disse-me que continuasse a caminhar até que conseguisse um

meio de transporte. Que seguisse aquela, caminhando rumo à sua direita, que era a direcção da cidade. Não devia ir à esquerda, pois se não iria parar ao Chimbuandi. Seguindo as instruções, fui andando até que apareceu um camião, que me deu boleia. Foi assim que cheguei à cidade»...

Foi assim que a Judite recuperou a liberdade. Com o apoio das associações que publicam este relatório, Judite beneficiou do tratamento médico e do apoio de que necessitava para voltar à vida..

#### **IV. DESTRUICÕES E SAQUES**

\* **06 de Julho de 2004 - Pedro Ndjembo**, natural de Lico, nascido em 1954, filho de Bernardino Luís Limba e de Helena Massanga, residente em Lândana, mas com actividades agrícolas na sua aldeia, foi apanhado no seu bananal quando, em companhia da sua família, fazia os seus trabalhos. Transferido para o batalhão do Dingo, foi acusado de ser colaborador da FLEC por terem encontrado na sua lavra três catanas e alguns mantimentos. Por isso, destruíram as suas plantações, que diziam fornecer alimento aos guerrilheiros da FLEC.

\* **03 de Abril de 2004** - Pelas 19:00 horas, nos arredores da antiga praça, nos subúrbios da cidade de Cabinda, três militares - um cabo e dois praças interceptaram o jovem **Nzuzi Lenda**, ao sair da sua casa. Levava consigo seis guarda-chuvas e 2.300 Kwanzas (cerca de USD 27) no bolso. Intimaram-no a justificar donde era. Julgando que estavam a solicitar a sua identificação, apresentou-lhes o seu Bilhete de Identidade, gesto que aumentou a ira dos agressores. Despojando-o de tudo quanto ele levava, espancaram-no. Na sequência da confusão, um dos militares deixou cair o seu passe permanente, denunciando-se: Era o Henrique Alberto, titular do passe n.º 3622.

\* **10 de Março de 2004 - No Cafonga**, aldeia situada a alguns quilómetros da cidade de Cabinda, três militares das FAA, dois fardados e um a civil, munidos de armas ligeiras e granadas, «emboscaram», à saída da mata daquela aldeia, as senhora que regressavam das suas lavras no final do dia, obrigando-as ao pagamento de 100 Kwanzas (cerca de USD 1.10) cada. Quem não tivesse dinheiro, sujeitava-se a espancamento.

**Martinho Mbumba**, de 72 anos de idade, deslocado do Necuto residente em Cabinda, perante a mesma exigência e não dispondo de dinheiro, entregou a sua catana que foi avaliada em 70 Kwanzas. A sua filha Teresa Malonda, de 52 anos de idade, completou os 30 Kwanzas que faltavam. Para atingir os seus intentos, os militares amedrontaram o «velho» Martinho, colocando-lhe duas granadas nas mãos. Após cerca de uma hora de tortura mental, o velho foi liberto e aconselhado a levar dinheiro sempre que for à lavra.

## **V. VIOLAÇÃO DAS LIBERDADES DE INFORMAÇÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO.**

- **25 de Março de 2004 - Gilberto António Domingos**, trabalhador da NCCC no Malongo, saía daquela base petrolífera com alguns papéis – dados informativos sobre a situação sócio-política de Cabinda tirados da Internet. Revistado pelos elementos da segurança da base (Security), foi apanhado com os referidos papéis, considerados como propaganda subversiva ou atentatória à segurança do Estado. Retiraram-lhe o passe e conduziram-no ao gabinete do senhor Salviano, um dos responsáveis daquele corpo de segurança. Às 14:00 horas foi ouvido na esquadra policial do Malongo, dirigida pelo Intendente Pedro Liumba, da Policia Nacional. Em seguida, foi conduzido, sob escolta policial, à Direcção Provincial de Investigação Criminal.

### **Liberdade de Informação**

\* Assiste-se a uma grave restrição da liberdade de informação dos meios de comunicação social sediados em Cabinda, em particular a Rádio Nacional de Angola (Emissora Provincial de Cabinda), a TPA (Televisão Pública de Angola) e a Rádio Comercial de Cabinda.

Até ao mês de Agosto de 2004, período em que presidiu aos destinos da Direcção Provincial de Comunicação Social o Senhor Pedro Neto, não podia ser publicada matéria nenhuma sem que passasse antes pela censura deste, que alegava cumprir ordens superiores.

- 15 de Maio de 2004, Cristóvão Luemba, de 31 anos de idade, jornalista da Rádio Comercial de Cabinda e Correspondente da Rádio Eclésia, é despedido pela Rádio pelo seu Director, André

Filipe, por orientação do Governo e do Comité Provincial do MPLA, que o acusavam de falta de patriotismo. A acusação foi feita na sequência de uma reportagem do jornalista em questão, em que divulgava informações sobre a existência de campos de concentração em Cabinda e de tentativas de assassinato do Padre Jorge Casimiro Congo.

- 28 de Maio de 2004, José Manuel, de 30 anos de idade, jornalista da Rádio Comercial de Cabinda e Correspondente da Voz de América, foi despedido pelas mesmas razões que determinaram o despedimento de Cristóvão Luemba. Além disso, José Manuel acrescenta : “ A nossa presença era um obstáculo aos propósitos do Partido, já que o Governo passou a custear todas as despesas da Rádio Comercial. E no dia 10 de Dezembro eu e o Cristóvão fomos impedidos de proceder à cobertura do aniversário do MPLA pelo Secretário para Informação do mesmo Partido, Pedro Cia”.
- 24 de Janeiro de 2004, no âmbito da proclamação da Mpalabanda-ACC e empossamento dos seus órgãos sociais, foi dirigido um comunicado à Rádio Nacional de Angola em Cabinda, à Rádio Comercial de Cabinda e à Televisão Pública de Angola ( TPA) com o seguinte conteúdo: “ *Não há povo sem memória, não há memória sem história. A direcção da Mpalabanda- Associação Cívica de Cabinda, comunica à população em geral que o acto da proclamação da Associação terá lugar a 1 de Fevereiro de 2004, Domingo, a partir das 8 horas, no Estádio Municipal de Tafe. Pelos Direitos Humanos, Pela Justiça Social e pela Paz, Participe!*”

Este comunicado suscitou embaraços aos dirigentes daqueles órgãos. O portador do comunicado foi convidado a tecer esclarecimentos ao Gabinete de comunicados e publicidade, estando os senhores Natividade de Carvalho e João Baptista de Sousa a questionar sobre os objectivos e a legalidade da referida Associação. Não satisfeitos com os esclarecimentos dados, telefonaram imediatamente ao Silvério Martins, actual Director interino da Rádio Nacional de Angola, que acabou por impedir a sua publicação por ordens superiores. O mesmo sucedeu com a Rádio Comercial, cujo Director não conseguiu atinar com as razões da não publicação dos comunicados da Mpalabanda.

Cenas de género se repetiram aos 4 de Março de 2004, aquando da segunda tentativa da proclamação da Mpalabanda-ACC. Desta vez, as direcções das rádios tiveram a coragem de identificar o verdadeiro impedimento. O

portador dos comunicados da Associação foi mandado ao Director da Comunicação Social, Pedro Neto, que confirmou a interdição da sua divulgação, dizendo cumprir ordens superiores.

Acto contínuo, todas as actividades da Associação, a despeito do seu impacto social, carecem da cobertura noticiosa dos órgãos públicos locais, privilegiando amplamente eventos ligados, por exemplo, ao denominado movimento espontâneo que vai organizando excursões de jovens de Cabinda a várias províncias angolanas, no intuito de inculcar neles a consciência da unidade nacional.

Estes factos demonstram que os órgãos de comunicação social em Cabinda continuam a ser reféns de um regime antidemocrático e partitocrático, violando flagrantemente o direito de informação, constitucionalmente consagrado.

**\*6 de Março de 2004 – A Associação Cívica de Cabinda – Mpalabanda** realizou uma conferência de imprensa na esplanada do Hotel Pôr do Sol. Alguns jornalistas dos órgãos de informação sediados em Cabinda participaram nessa conferência. Fontes que pediram o anonimato confidenciaram aos organizadores que o material gravado foi submetido a análise e crítica numa reunião dirigida por Pedro Neto. Por considerarem que as declarações feitas pelos membros da Direcção da Associação não reflectiam a realidade política vigente, foi proibida a sua divulgação e ordenado o seu arquivamento.

### **Liberdade de Associação e de Reunião**

\*Os cidadãos podem e devem participar livre e democraticamente na vida pública do seu país, exercendo ainda os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Lei Constitucional e em instrumentos internacionais de direitos humanos devidamente ratificados. De entre tais direitos figuram a liberdade de associação, cujo exercício, em Angola, é regulado pela Lei 14/91- Lei das Associações.

Apesar de tudo, a Mpalabanda-ACC vive ainda dificuldades na realização das suas actividades. Para além dos sucessivos impedimentos impostos pelo Governo Provincial às duas primeiras tentativas da sua proclamação, querendo postular a ilegalidade da Mpalabanda, quando ela já tinha a sua existência jurídica, após o cumprimento das formalidades legais prescritas pela Lei das Associações.

\* Contrariamente ao previsto, **no dia 05 de Dezembro de 2004**, a abertura da Semana dos Direitos Humanos em Cabinda, que teria lugar no Bucu-Zau, foi interdita pelo Administrador Municipal, Gabriel Muela. A decisão de interdição foi comunicada verbalmente à Direcção da Mpalabanda - ACC pelo Comandante Municipal da Polícia, Marcelino Chiúca, logo após a chegada da caravana ida de Cabinda para as cerimónias de abertura. Segundo aquele responsável da polícia, a abertura da Semana era ilegal, dado que a informação não lhes chegou a tempo, conforme a lei angolana.

Esta situação surpreendeu a Direcção da Mpalabanda – ACC por duas razões. Em primeiro lugar, porque a realização de um tal evento, com um discurso de abertura e palestras, não precisa de uma autorização prévia da autoridade administrativa. Em segundo lugar, porque ainda que se tratasse de um desfile, cortejo ou comício destinado à expressão pública de uma vontade sobre assuntos políticos, sociais, de interesse público ou outros, a Lei 16/91, de 11 de Maio de 1991, estabelece que o exercício do direito de manifestação não carece de autorização, e que os promotores das manifestações devem apenas informar, por escrito, o Governador da Província, com a antecedência mínima de três dias úteis. O que não é o caso da Semana dos Direitos Humanos.

Por outro lado, o Governador e o Administrador em questão tinham sido informados a tempo, e este último fora convidado a participar na sessão de abertura. Aliás, o Administrador em questão, aquando do último encontro tido com a Direcção da Associação, no dia 17 de Outubro, louvou o trabalho da Mpalabanda – ACC e manifestou disponibilidade em colaborar em tudo quanto fosse necessário à defesa dos Direitos Humanos no Município de Bucu-Zau.

Face a esta situação, a Direcção da Mpalabanda – ACC pediu um encontro com a Administração Municipal para esclarecimentos sobre as razões fundamentais da interdição. A resposta foi negativa. Aliás, o Administrador, logo que se apercebeu da presença de responsáveis da Mpalabanda, fechou a porta da sua residência e talvez dela só saiu depois do regresso da caravana vinda de Cabinda, deixando ao Comandante Municipal da polícia, ao Comandante adjunto da Zona Militar, que se fez acompanhar do chefe do Estado Maior da mesma Zona Militar, bem como ao Procurador Municipal e ao responsável do Sinfo a tarefa de fazer a apologia da interdição. Pelo que a reunião de esclarecimento só teve lugar com estas personalidades. A reunião durou cerca de duas horas e meia, e nenhum esclarecimento consistente foi dado aos membros da Mpalabanda. Embora o Procurador Municipal tivesse reconhecido o facto de que o encontro não era ilegal, o staff delegado pelo Administrador limitou-se

apenas a comentar que não podiam autorizar a realização de um tal evento, visto que não tinham recebido instruções superiores; sobretudo que o Administrador Municipal não assumia tal autorização. Além disso, uma das autoridades militares presentes, avançou que os espíritos em Buco-Zau não estavam preparados para a realização de um tal evento.

\* No âmbito da expansão da Mpalabanda aos Municípios e Comunas, foram distribuídas cartas com todos os documentos que acreditam a Mpalabanda como uma organização legal a todas as Administrações. A maioria dos responsáveis destes órgãos não conseguiram acusar a recepção (por escrito) desta cartas, limitando-se, oficiosamente, tentar justificar as suas atitudes, dizendo que “ a altura não é ainda certa”. A razão da atitude destes foi revelada pelo único Administrador Comunal que se dignou responder, tendo esclarecido: «Lamentavelmente, não nos é permitido ceder audiências e trocar impressões ou colaborar com a Associação acima referenciada».

## **VI. VIOLAÇÃO DO DIREITO À JUSTIÇA E DO DIREITO À DEFESA**

\* **14 de Dezembro de 2004**, Os advogados que exercem a profissão em Cabinda, em comunicado divulgado pelos meios de comunicação social, denunciaram uma “exagerada e injustificada morosidade processual (que) configura uma denegação da justiça e constitui uma violação flagrante dos direitos humanos”. Acrescentavam ainda que o funcionamento do único Tribunal existente em Cabinda “desacredita a justiça e incita as partes a recorrerem à justiça privada”. Assim, os advogados falavam duma situação que constitui uma violação flagrante do direito dos cidadãos à justiça.

Por outro lado, regista-se também a violação do direito à defesa. Os cidadãos constituídos arguidos, ao nível da instrução preparatória, não gozam do direito de defesa. O defensor oficioso que lhes é nomeado é um simples figurante – um agente do próprio órgão de instrução. E, na instância de julgamento, por causa do reduzido número de advogados, por um lado, e pela falta de pagamento em caso de nomeação oficiosa, por outro, a maior parte dos acusados são defendidos por indivíduos não advogados e sem formação jurídica. Nesta hipótese, também é lícito falar-se de violação do sagrado direito à defesa, dado que o defensor oficioso reduz-se a mero papel de representação, não tendo a formação e a competência requeridas para o exercício de tão sublime e nobre missão.

## VII. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E SINDICAIS

Muitos trabalhadores, sobretudo aqueles que trabalham nas empresas petrolíferas, com destaque para a ChevronTexaco, não gozam do direito sindical. Todas as actividades sindicais são proibidas, consideradas como subversivas.

No dia 6 de Fevereiro de 2004, os trabalhadores da Cabinda Gulf Oil (Cabgoc) constituíram o seu sindicato nos termos dos artigos 10 e 14 da Lei Sindical. Chama-se Sindicato Autónomo dos Empregados da Cabgoc, com a sigla SAECGOC. Foi reconhecido pelo Ministério da Justiça, mas o patronato rejeita-o, alegando ser ilegal. Segundo a nossa fonte, o sindicato surge para defender os interesses dos trabalhadores em geral. A questão salarial é um entre muitos casos que o novo sindicato pretende discutir com a direcção da entidade patronal uma vez existir grande diferença entre os salários pagos aos angolanos e os recebidos pelos estrangeiros. Zimwanganda Temwena, principal líder do SAECGOC, esclarece: “queremos que a companhia pague salários condignos aos trabalhadores nacionais, como o faz em relação aos funcionários expatriados, não é segredo para ninguém que existe um fosso enorme entre salários praticados para com emprego nacional e o expatriado”.

De igual modo, os Cabindas que trabalham na ChevronTexaco dizem-se vítimas de discriminação não só em relação aos americanos e outros estrangeiros, mas também em relação aos angolanos de gema. Os critérios de admissão, de afectação a determinada categoria salarial e de promoção são discriminatórias. Além do mais, aqueles são afastados dos círculos de decisão e tratados como «enteados».

Os desníveis salariais são gritantes, mesmo para indivíduos que se alternam na mesma função e que, assim, têm o mesmo posto e função, igual competência e idêntico grau de responsabilidade.



## INDICE

1. Prefácio.....	01
2. Introdução.....	03
Conclusão e recomendações.....	05
I. Homicídios, assassinatos fuzilamentos.....	07
II. Prisões arbitrárias, torturas e tratamentos desumanos, cruéis ou degradantes.....	12
III. Violação, casamentos forçados e escravidão sexual.....	38
IV. Destruição e saques.....	40
V. Violação da liberdade de informação, Associação.....	41
VI. Violação do direito à justiça e do direito à defesa.....	45
VII. Violação dos Direitos e sindicais.....	46
Índice.....	47